

ECONOMIA VERDE

desafios e
potencialidades

WILLIAM GLEDSON E SILVA
FRANCISCO DANILO DA SILVA FERREIRA
JOSÉ ANTÔNIO NUNES SOUZA
RAFAELA CABRAL DE OLIVEIRA
LUÍS ABEL DA SILVA FILHO



ECONOMIA VERDE

desafios e
potencialidades

WILLIAM GLEDSON E SILVA
FRANCISCO DANILO DA SILVA FERREIRA
JOSÉ ANTÔNIO NUNES SOUZA
RAFAELA CABRAL DE OLIVEIRA
LUÍS ABEL DA SILVA FILHO

**ECONOMIA VERDE:
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

1ª Edição

Quipá Editora
2025

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Ilustração da capa: Jefferson Ferreira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia verde : desafios e potencialidades / Organizado por William Gledson e Silva ... [et al.]. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2025.

60 p. : il.

ISBN 978-65-5376-506-1

DOI 10.36599/qped-978-65-5376-506-1

“Principais pesquisas selecionadas no Encontro Nacional de Economia do Vale do Açu (ECONAÇU), particularmente no ano de 2024”

1. Economia verde. 2. Meio ambiente. I. Silva, William Gledson e. II. Título.

CDD 333.72

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em novembro de 2025.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

PREFÁCIO

Esta obra intitulada: “ECONOMIA VERDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES”, via de regra, lança luzes a uma temática bastante cara nos dias atuais no sentido de evidenciar questões climáticas/ambientais e seus impactos econômicos, sociais, dentre outros.

Assim, o conjunto de trabalhos selecionados, para além da convergência com o eixo central antes apontado, na verdade, a preocupação perpassa pela tentativa de trazer ao centro do debate pesquisas de diferentes naturezas e que são colocadas no bojo de uma discussão das proporções da economia verde, mostrando existir nas ciências sobretudo econômicas forte interdisciplinaridade e notável correlação investigativa.

Com efeito, os capítulos deste livro exibem pesquisas teóricas e empíricas, denotando haver facetas distintas e capazes de explicitar mediante a materialização da obra agora prefaciada uma pluralidade indubitável, quer dizer, os estudos de maior destaque exprimem um cardápio deveras interessante, não sendo desprezível o passeio pelas páginas contidas no livro aqui apresentado.

O capítulo inaugural deste livro traz, por sua vez, a discussão da temática do empreendedorismo em torno de uma feira do empreendedor no município de Venha-Ver/RN, onde a preocupação perpassa pela análise da importância de eventos da magnitude antes apontada e, conseqüentemente, a repercussão de atividades agroecológicas a fim de expressar tipos de empreendimentos associados a um padrão sustentável, mostrando um caráter de flagrante combinação econômica e ambiental.

Finalmente, a temática mencionada apresenta como uma leitura de destaque a admissibilidade de fatores empreendedores enquanto um elemento crucial ao dinamismo econômico de regiões não tão desenvolvidas como Venha-Ver/RN, denotando existir preocupações significativas dos empresários em torno dos investimentos e os consumidores circunscritos nas compras de bens sustentáveis, sinalizando um cenário propício da economia verde manifesta em aspectos desta natureza.

Adicionalmente, há um capítulo que busca compreender a questão fiscal envolvida na relação entre recolhimento de impostos, fiscalização e a informalidade, cujos autores procuram demonstrar a importância neste particular, como tais aspectos interagem, onde o papel da informalidade circunscreve de um lado perda de arrecadação, por outro lado, todavia, excessiva burocracia para que se possa administrar um negócio formal no Brasil, daí ser uma temática não negligenciável.

Ressalte-se, por extensão, que a ligação entre economia verde e os aspectos tributários diante da informalidade permitem enxergar possíveis impactos ambientais, pois a não formalização e conseqüente regulamentação do mercado de trabalho e empreendimentos, a rigor, podem proporcionar canais propícios ao processo de degradação ambiental em virtude da não normatização das diferentes atividades passíveis de geração de repercussões desta natureza, daí ser viável pensar em uma relação do capítulo e o eixo central do livro.

O terceiro capítulo desta obra, categoricamente, explora uma temática muito significativa associada ao microcrédito, de sorte que políticas monetárias voltadas a agentes economicamente pequenos, a exemplo de produtores da agricultura familiar, necessariamente, assumem um papel fundamental no sentido de gerar efeitos positivos sobre produção, consumo, renda, emprego, dentre outros no local.

O programa Agroamigo revela, na realidade, uma tônica bastante emblemática, ou seja, a região Nordeste do Brasil entendida como dinamicamente menos favorecida reúne inúmeros agentes econômicos ligados à atividades de menor poder de geração de renda, daí ser relevante a formulação de uma política desta natureza a fim de estimular o setor agropecuarista e demais segmentos não vinculados à agropecuária, porém passíveis de desenvolver atividades no meio rural.

Afinal, a proposição de temática associada ao microcrédito e a sua destinação prioritária em repousar no meio rural, sendo de origem agropecuarista ou não, na verdade, essa percepção

investigativa traz uma importante perspectiva diante da economia verde, pois o conjunto normativo prevê aos grupos familiares passíveis de atendimento crédito subsidiado, mas sem pôr em risco o meio ambiente, daí haver uma notável possibilidade de pensar políticas monetárias ainda que para grupos economicamente pequenos com repercussões sustentáveis ambientalmente.

O último capítulo prevê a consideração de uma temática essencialmente teórica, onde o trabalho pretende reunir Georg Simmel e Minsky enquanto pensadores, respectivamente, um sociólogo clássico e um economista das finanças, demonstrando haver compatibilidade na reflexão do dinheiro (economia monetária) em escala mundial, descolando a moeda do bem tangível, ampliando sobremaneira a distância do fato físico frente ao imaterial (peculiarmente o dinheiro em espécie e o ativo financeiro de cunho virtual).

Saliente-se, na verdade, que esta pesquisa teórica traz como convergência ao processo da economia verde, necessariamente, o fato de que o alargamento da intangibilidade frente ao material manifesto nas mercadorias decorre do aumento dos esforços por aproximar economia real e financeira, de sorte que semelhante esforço de compatibilização pode aprofundar ainda mais a exploração ambiental e fortalecendo os impactos previstos implausíveis.

Em suma, a obra aqui prefaciada convida ao caro leitor que venha a passear pelos capítulos sumariamente enfatizados, cuja preocupação é trazer um esforço de aproximação dos temas presentes nas partes observadas e componentes do livro, suscitando inquietações substancialmente importantes ao trabalho agora explicitado.

William Gledson e Silva: Economista e Cientista Social. Mestre em Economia e Ciências Sociais. Doutor/Pós-Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Professor do Departamento de Economia/CAA e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada/FACEN UERN.

APRESENTAÇÃO

O livro relacionado com as principais pesquisas selecionadas no Encontro Nacional de Economia do Vale do Açu (ECONAÇU), particularmente no ano de 2024, claramente, traz trabalhos relevantes e dignos de consulta pela comunidade acadêmica, uma vez que aponta para temáticas não desprezíveis e capazes de suscitar reflexões importantes dentro do panorama econômico.

Não obstante, o eixo central de discussão no ano de 2024 foi proveniente da ideia de economia verde e a percepção dos desafios e suas potencialidades, onde a exploração do debate proposto pelo evento se materializa nesta obra com capítulos que em sua maioria não abordam a temática da economia ambiental, ou mesmo a ideia de sustentabilidade.

Entrementes, os estudos apresentados no evento e originalmente publicados nos anais do ECONAÇU 2024 alcançaram uma não negligenciável relevância, pois permitiram a leitura de suas construções científicas e com potenciais chances de relacionamento reflexivo com a sustentabilidade ambiental, revelando que os organizadores deste livro procuraram trazer à comunidade científica contribuições interessantes e que tivessem a possibilidade de tangenciar os aspectos da economia verde ao menos residualmente.

Portanto, as temáticas da tributação e fiscalização, políticas de microcrédito, evento de empreendimentos regionais e a discussão de autores clássicos a fim da construção de um modelo teórico preliminar, necessariamente, foram a tentativa de formar um todo capaz de reunir distintas questões de pesquisa, mas seu grande destaque foi a pluralidade e estímulo ao raciocínio de associação diante do eixo central do ECONAÇU 2024, sugerindo semelhante esforço de vinculação.

Assim, convida-se o estimado leitor para atentar aos capítulos componentes deste livro fruto de esforços investigativos, os quais são cuidadosamente escolhidos dada sua qualidade e atualidade científica, sendo uma não desprezível proposta de leitura a tentativa de vincular cada estudo aqui postado e os contornos analíticos da economia verde, tornando-se o grande convite a ser postado nas partes componentes a partir de agora.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1 08

I FEIRA DO EMPREENDEDOR AGROECOLÓGICO DE VENHA-VER/RN: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS FEIRANTES E CONSUMIDORES

*Claudenilza da Silva Fernandes
Jorge Luiz Guedes torres
Boanerges de Freitas Barreto Filho*

CAPÍTULO 2 24

O PAPEL DOS IMPOSTOS E DA FISCALIZAÇÃO NOS SETORES FORMAL E INFORMAL DO BRASIL

*Viviane Kalyne Queiroz de Lima
Claudenilza da Silva Fernandes
Thiago Geovane Pereira Gomes
Rodolfo Herald da Costa Campos*

CAPÍTULO 3 38

MICROCRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR: OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO AGROAMIGO NOS PEQUENOS AGRICULTORES NO NORDESTE BRASILEIRO

*Mateus Freitas de Vasconcelos
Francisco Alves de Oliveira Filho
José Maria da Cunha Júnior
Maria Renata Bezerra Melo*

CAPÍTULO 4 50

O DINHEIRO E A MODERNIDADE SOCIAL MANIFESTAS NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR ENTRE SIMMEL E MINSKY

William Gledson e Silva

CAPÍTULO 1

I FEIRA DO EMPREENDEDOR AGROECOLÓGICO DE VENHA-VER/RN: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS FEIRANTES E CONSUMIDORES

Claudenilza da Silva Fernandes¹

Jorge Luiz Guedes Torres²

Boanerges de Freitas Barreto Filho³

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram transformações substanciais nos modelos de produção agropecuária, de forma a realizar o cultivo de maneira adequada, a fim de proporcionar benefícios à saúde humana e ao meio ambiente, com destaque para a preocupação com uma economia limpa. Essas mudanças propiciaram o desenvolvimento de práticas agroecológicas como alternativa sustentável frente ao padrão agropecuário convencional imposto pelas transformações tecnológicas e, para além da esfera produtiva, abriram espaço para a adoção de medidas ambientalmente mais sustentáveis em todos os elos das cadeias agroalimentares, como a estruturação de novos canais de comercialização, a exemplo das feiras livres e agroecológicas (Araújo, Lima, Macambira, 2015).

Verifica-se que a comercialização de produtos orgânicos vivencia um processo de expansão no Brasil, aspecto que impulsiona a produção a partir da utilização de métodos sustentáveis de produção (Araújo, Lima, Macambira, 2015; Lima *et al.* 2020). Na verdade, os indicadores brasileiros acompanham, embora em ritmo mais lento, o crescimento da produção e do consumo de produtos orgânicos em escala global, cujo dinamismo se expressa em um crescimento médio, desde 2000, de cerca de 11% (Lima *et al.* 2020).

Os canais de comercialização para os produtos orgânicos podem ser caracterizados por dois modelos principais: as cadeias longas e as cadeias curtas de comercialização. As cadeias longas permitem o escoamento de maiores volumes de produtos, mas inviabilizam a participação de produtores pouco capitalizados. Por outro lado, as cadeias curtas se caracterizam pela ausência de intermediários, permitindo que os produtores obtenham maior participação na renda gerada pela comercialização (Silva, 2019).

Entre os canais curtos de comercialização se destacam as feiras livres e agroecológicas. As feiras permitem a interação direta entre os produtores e os consumidores, facilitam as trocas de conhecimento e, em municípios de pequeno porte, ainda desempenham papéis importantes na socioeconomia local e na preservação de elementos culturais (Godoy, Anjos, 2007).

Observa-se que a feira tradicional, realizada periodicamente nas cidades brasileiras, representa importante canal para a comercialização da produção da agricultura familiar. Além disso, as feiras constituem espaços de sociabilidade para os frequentadores, servem para constituir e consolidar laços de confiança entre os feirantes e consumidores e, no interior da Região Nordeste, funcionam como locais de preservação da cultura e das tradições regionais.

O município de Venha-Ver/RN, localizado no oeste do Rio Grande do Norte (RN), apresenta como característica do setor agropecuário uma forte presença de agricultores familiares, que desempenham papel relevante na geração de ocupações e renda para a população, em especial, aquela residente na zona rural.

1 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: claudenilzasilva@alu.uern.br

2 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: jorgeguedes@alu.uern.br

3 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: boanergesfilho@uern.br

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Venha-Ver/RN possui um PIB *per capita* de R\$9,7 mil, sendo considerado um município de pequeno porte, que se notabiliza pelo baixo dinamismo das atividades econômicas, em que a agricultura se constitui em um dos poucos setores geradores de ocupações e renda, sobretudo para a população com pouca escolaridade.

A criação da I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN trouxe novas expectativas para a comercialização da produção proveniente da agricultura familiar local. Os feirantes desempenharam um papel crucial na dinâmica do evento, representando a força motriz por trás da oferta de produtos frescos e sustentáveis. Já os consumidores que frequentaram a feira constituem uma parte vital do público-alvo, pois demonstraram interesse em adquirir produtos saudáveis e sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Apesar da realização de apenas um evento, há indicativos de que a iniciativa se consolide como um novo canal de comercialização para a produção proveniente da agricultura familiar local. Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa foi traçar o perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores, além de oferecer informações que possam ser utilizadas para o planejamento de ações impulsionadoras do desenvolvimento dos produtores, feirantes e que melhore a satisfação dos consumidores, fortalecendo também os laços entre produtores e consumidores e contribuindo para a construção de uma economia mais inclusiva.

Além dessa introdução, o trabalho apresenta cinco seções. A Seção 2 oferece breves considerações sobre o universo da agricultura familiar e discute as práticas agroecológicas. A Seção 3 aborda as feiras e seus desafios atuais. A Seção 4 descreve os procedimentos metodológicos utilizados e apresenta dados e informações sobre a área onde ocorreu a pesquisa de campo. A Seção 5 apresenta os resultados e as discussões referentes aos dados coletados na pesquisa de campo realizada em Venha-Ver/RN. Os resultados do estudo caracterizam tanto o feirante quanto o consumidor, com foco na I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN. Além disso, propõe-se a implementação de estímulo governamental com o acompanhamento de técnicos que possam auxiliar os feirantes a enfrentarem os desafios da produção agroecológica, identificar oportunidades de vendas e promover a comercialização dos produtos. Em resumo, espera-se aumentar a produção e consolidar canais de venda para fortalecer o relacionamento com o consumidor. Por fim, a Seção 6 apresenta as considerações finais do trabalho.

NOTAS TEÓRICAS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

O Censo Agropecuário, de 2017, apontou que 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil são classificados como pertencentes à agricultura familiar. Em relação à área total, verificou-se que o segmento familiar ocupa cerca de 80,9 milhões de hectares, ou seja, 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários no país (IBGE, 2023). Outro dado importante é que a agricultura familiar “[...] empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa” (EMBRAPA, s/d).

A agricultura familiar é considerada adequada para incorporar as práticas da agroecologia e, consequentemente, proporcionar a utilização do espaço agrário de forma eficaz e equilibrada, pois possibilita a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, oferece perspectivas de diversificação das atividades produtivas e geração de renda, viabiliza a obtenção de alimentos frescos e saudáveis provenientes de áreas próximas aos centros consumidores, cultivados de forma sustentável e com adequada qualidade, incentiva a permanência das famílias nas áreas rurais, evitando o êxodo rural e, assim, ajudando a manter as comunidades locais (Maluf, 2004; Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária - EMBRAPA, s/d; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2017).

No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos, também contribui para preservação ambiental e se constitui como segmento responsável por boa parte da produção de alimentos orgânicos. Em decorrência da aceitação crescente, verifica-se que a utilização de terras para a produção de orgânicos vem crescendo no Brasil, com média de crescimento anual, no uso de terras, de 2%, para o período de 2007 a 2017 (Lima *et al.*, 2020, p. 12; EMBRAPA, s/d).

Já a partir do ano de 2000, a produção de alimentos orgânicos experimentou um notável crescimento no Brasil e, no rastro do crescimento, o governo brasileiro implementou incentivos e financiamentos especiais para auxiliar os agricultores na transição de lavouras tradicionais para sistemas de produção orgânica. Cabe destacar que, cerca de 75% do total produzido, encontra-se sob responsabilidade de agricultores familiares, mostrando o papel desse segmento no cenário agroecológico (SEBRAE, 2017).

Nos estados do Nordeste, verifica-se que a produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar ainda enfrenta desafios, tais como: baixos níveis de produtividade, insuficiência de organizações associativas de produtores, desconfianças e reduzido conhecimento sobre o potencial da agricultura agroecológica⁴ vis-à-vis às práticas convencionais, canais de comercialização em processos de estruturação e que ainda apresentam atravessadores, os quais se apropriam de parte da renda, dentre outras dificuldades (Araújo, Lima, Macambira, 2015; Caporal, Costabeber, 2004).

Para Altieri (2010, p. 23), a ciência da agroecologia “[...] se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporcionando um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas”. Nessa abordagem, por exemplo, os agricultores familiares, devem orientar sua produção por práticas ecológicas e pela expectativa de produzir alimentos ambientalmente sustentáveis, como forma de conservar a biodiversidade e demais recursos naturais (Altieri, 2000).

Além de benefícios ambientais e sociais, a agroecologia também pode contribuir para segurança alimentar e nutricional, ao promover a produção local de alimentos, e para o desenvolvimento econômico, ao gerar empregos e renda para grupos sociais vulneráveis que não conseguem competir nos mercados tradicionais controlados pelo agronegócio (EMBRAPA, 2021).

Nesse sentido, a transição para a agricultura, com base na agroecologia, representa uma oportunidade de combinação de métodos tradicionais de manejo com o equilíbrio físico, químico e biológico dos agroecossistemas, podendo incluir tecnologias alternativas, manejo e técnicas produtivas compatíveis com a preservação ou recuperação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2021).

Na produção e comercialização dos produtos orgânicos, os produtores são agentes-chave que possuem a capacidade básica da produção convencional, mas que precisam realizar a transição para a produção orgânica. Essa transição encontra muitas dificuldades, desde o preparo da terra para plantação até o cultivo, a falta de assistência técnica, apoio institucional, bancos de sementes orgânicas e acompanhamento a longo prazo (Araújo, Lima, Macambira, 2015).

Percebe-se a relevância socioeconômica e ambiental da agricultura familiar, porém, ainda remanescem desafios importantes que dificultam a consolidação de uma parcela importante do segmento, em especial no que se refere a conciliar o sucesso econômico e a sustentabilidade ambiental. Dentre os aspectos desafiadores que merecem destaque tem-se a questão relacionada ao acesso aos mercados. Para enfrentar o problema, faz-se necessário viabilizar a estruturação de canais de comercialização, aspecto que requer o engajamento dos agricultores produtores, facilitado pela criação de associações e/ou cooperativas, do Poder Público e de parte da iniciativa privada, como mercados, mercearias e supermercados.

⁴ Entendida como um modelo que visa “[...] apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. (Caporal, Costabeber, 2004, p. 11).

Para não impactar negativamente o meio ambiente, faz-se necessário que sejam acessíveis mercados locais/regionais, uma vez que os transportes de produtos por longas distâncias representam maiores impactos negativos para o meio ambiente. Ademais, considera-se que o acesso dos produtores deve ser o mais direto possível, visto que a presença de intermediários, geralmente, implica na apropriação de parte da renda.

Nesse sentido, entende-se que as feiras e a atuação do Poder Público podem ser canais satisfatórios para o escoamento e comercialização da produção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar.

Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de abastecimento alimentar relacionam a trajetória que caracteriza o sistema entre trocas e interações, no qual a maioria dos produtores (as) tem utilizado pelo menos dois canais de venda, com maiores destaques para as feiras e programas de governo (Darolt, Rover, 2021).

As feiras são canais que podem tornar o acesso aos mercados mais fácil. A organização desse tipo de canal de comercialização representa uma experiência que fortalece a organização social e econômica, permite que os agricultores produzam e comercializem seus produtos diretamente, o que pode aumentar sua renda e eliminar os atravessadores, bem como trazer diversos outros benefícios:

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo, do próprio rural. O ‘espaço-feira’ tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados (Godoy, Anjos, 2007, p. 366).

O diferencial positivo das interações diretas entre produtores e consumidores implica no estabelecimento de vínculos, impulsiona a troca de experiências e pode potencializar laços de confiança.

É importante destacar que iniciativas do Poder Público também podem gerar impactos positivos para a agricultura familiar. Um exemplo notável é a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 como parte integrante da Estratégia Fome Zero. Esse programa desempenhou um papel crucial como incentivo à agricultura familiar, além de promover alimentação adequada. Sua implantação resultou em um efeito duplo de ganha-ganha, fortalecendo tanto o combate à fome quanto o apoio aos agricultores familiares. Por meio do PAA, o governo realiza a compra direta de produtos oriundos da agricultura familiar, contribuindo assim para a segurança alimentar da população mais vulnerável, enquanto proporciona benefícios econômicos para os agricultores. Além de garantir o acesso a alimentos de qualidade, o programa permite que os agricultores ingressem no mercado de forma efetiva, aumentando a renda familiar e promovendo o desenvolvimento econômico nas comunidades rurais (Assis, Priore, Franceschini, 2017). Para os autores citados, o PAA tem sido um instrumento valioso para reduzir a pobreza rural e promover inclusão social, ao mesmo tempo em que se fortalecem os laços campo-cidade.

A criação de mercados para a agricultura familiar comercializar produtos como orgânicos no Brasil exige comprovar a autenticidade da produção. Para assegurar a confiabilidade foram implementados três sistemas de certificação, como a Certificação por Auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e a Certificação por Organizações de Controle Social (OCS) (Araújo, Lima, Macambira, 2015).

Para Darolt, Rover (2021), a circulação e comercialização entre as redes requer a certificação dos produtos como garantia sobre qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores e ao mesmo tempo busca proporcionar ao produtor aprendizado e aproximação dos sistemas que podem ser adotados como o SPG e OCS, dando sentido às relações de confiança e fortalecimento do mercado local.

Araújo, Lima e Macambira (2015) analisaram o papel crucial das feiras na renda dos agricultores familiares, destacando sua importância para a economia local e a preservação ambiental. Por meio de uma pesquisa empírica realizada em feiras agroecológicas da região Nordeste, examinaram a dinâmica das feiras, as relações sociais e comerciais entre os agricultores e consumidores, bem como a organização e funcionamento das feiras. Além disso, discutiram o impacto da agroecologia e sustentabilidade, bem como as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e os desafios enfrentados pelos agricultores na comercialização de seus produtos. Suas recomendações tiveram como objetivo aprimorar a eficiência das feiras agroecológicas, visando promover a agricultura familiar e a agroecologia de maneira efetiva.

Darolt e Rover (2021) destacaram as fragilidades que permeiam a organização das feiras, desde questões logísticas envolvendo transportes até oscilações na oferta e demanda. Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) surgem como importantes espaços para os consumidores em busca de alimentos orgânicos que proporcionem benefícios à vida.

Entretanto, muitos desafios na compreensão do processo de comercialização dos produtos orgânicos e enfatizam a necessidade do fortalecimento da conexão entre produtores com consumidores, transformando as feiras em ambientes de trocas de experiências e confiança dos produtos oferecidos (Darolt, Rover, 2021).

Silva, Pantoja, Grossi (2021) analisaram a produção científica sobre alimentação escolar e compras locais da agricultura familiar, por meio de uma pesquisa bibliométrica, utilizando artigos publicados entre 2009 e 2018, realizando uma análise quantitativa e qualitativa. Assim, os autores concluíram que a produção científica sobre o tema teve um aumento. Enfatizaram a importância de políticas públicas para promoverem a compra local, com objetivo de melhorar a qualidade da alimentação escolar e promover o desenvolvimento econômico.

O estudo de Araújo, Lima e Macambira (2015) apresenta que a informalidade é uma característica marcante da agricultura familiar, destacando questões como baixo conhecimento técnico dos produtores, um capital limitado para produção em maior escala; vulnerabilidades na produção orgânica e a falta de associações/cooperativas para apoio na comercialização.

Com relação ao perfil do produtor nas feiras pesquisadas, por Araújo, Lima e Macambira (2015), em quatro estados do Nordeste - Ceará (CE), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN) -, foi possível evidenciar que mais da metade é de mulheres-feirantes; com predominância de pessoas na idade adulta (na faixa da maturidade); adultos com diferentes níveis de escolaridade e capacidade econômica limitada para formalização da comercialização.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados em sites de órgãos públicos, com destaque para IBGE e EMBRAPA, e pesquisa de campo durante a realização⁵ da I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN, em junho de 2023.

Durante a realização da feira, a abordagem aos produtores/feirantes e consumidores foi conduzida por meio da aplicação de dois formulários: um para os produtores/feirantes e outro para os consumidores. Aceitaram participar, voluntariamente, da pesquisa: sete produtores/feirantes e 20 (vinte) consumidores. Os formulários contam com perguntas de múltipla escolha relativas ao perfil socioeconômico tanto dos produtores/feirantes quanto dos consumidores. Para os produtores/feirantes, as questões incluíam informações relativas ao sexo, escolaridade, variedade de produtos vendidos, tempo de trabalho na atividade, renda bruta mensal, afiliação a associações ou cooperativas, outras

⁵ A principal dificuldade relacionada à realização da Feira foi a ocorrência de chuva em boa parte do período destinado ao evento, com impacto na participação reduzida de produtores/feirantes e na circulação de potenciais consumidores.

formas de renda, entre outros aspectos relevantes. Para os consumidores, as questões abordavam sexo, idade, escolaridade, renda bruta mensal, grau de familiaridade com os produtos disponíveis na feira.

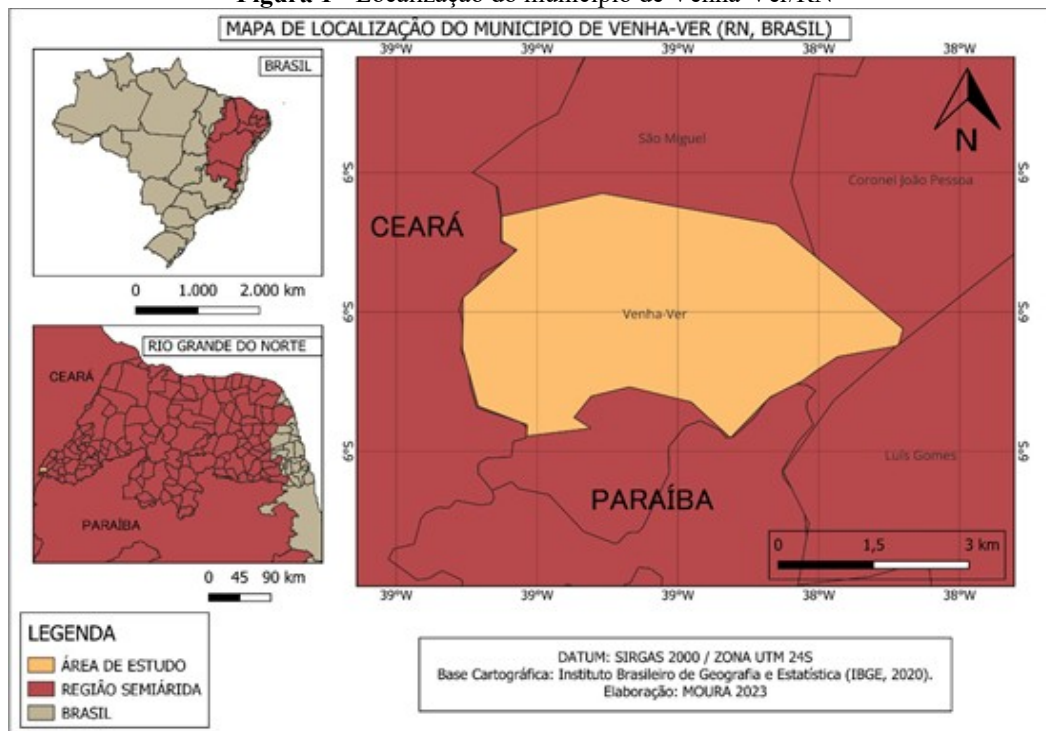
A análise estatística foi conduzida por meio do programa Microsoft Office Excel 2016, através da soma de frequência e percentual. As perguntas e respostas foram organizadas em linhas e colunas, para facilitar o manuseio dos dados. Posteriormente, a interpretação dos dados foi realizada através da construção de sínteses gráficas.

O município de Venha-Ver/RN se localiza no extremo oeste do estado, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, conforme indicação na Figura 1.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2022), o município de Venha-Ver/RN, em 2022, tinha uma população de 3.014 habitantes, com densidade demográfica de 42,08 hab./km². O panorama econômico municipal aponta para um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 9.702,99, ocupando a posição 142^a no estado⁶, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,555 e com elevada dependência de receitas oriundas de fontes externas (97,6%) (IBGE, 2022).

Em relação às atividades produtivas predominantes na agropecuária municipal, os dados indicam uma série de características importantes: existem 463 estabelecimentos rurais, com cerca de 80% de produtores e 20% de produtoras, o que sugere predominância masculina na atividade; há um total de 1.204 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, destacando a importância econômica e social do setor; predomínio de baixos níveis de escolaridade, quando se identificou 65% possuindo uma escolaridade elementar, o que permite apontar para a necessidade de programas de capacitação e educação para os agricultores locais; existe uma maior concentração de produtores/produtoras com idade acima de 45 anos (cerca de 65%); menos de 8% declarou acesso à assistência técnica; menos de 25% dos produtores declarou a utilização de algum tipo de agrotóxico, o que pode indicar uma tendência em direção à agricultura orgânica ou métodos de produção sustentáveis; foi identificado que 459 estabelecimentos têm uso da terra destinado para culturas temporárias, 127 pastagens naturais, e 80 estabelecimentos apresentam matas ou florestas naturais, sugerindo uma diversidade de atividades agropecuárias e de conservação ambiental. Há 48 estabelecimentos rurais destinados à preservação ambiental; 59 estabelecimentos rurais adotam sistemas agroflorestais e 81 utilizam o cultivo mínimo na preparação do solo, o que mostra uma preocupação crescente com a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais. (IBGE, 2017).

6 O Rio Grande do Norte conta com 167 municípios.

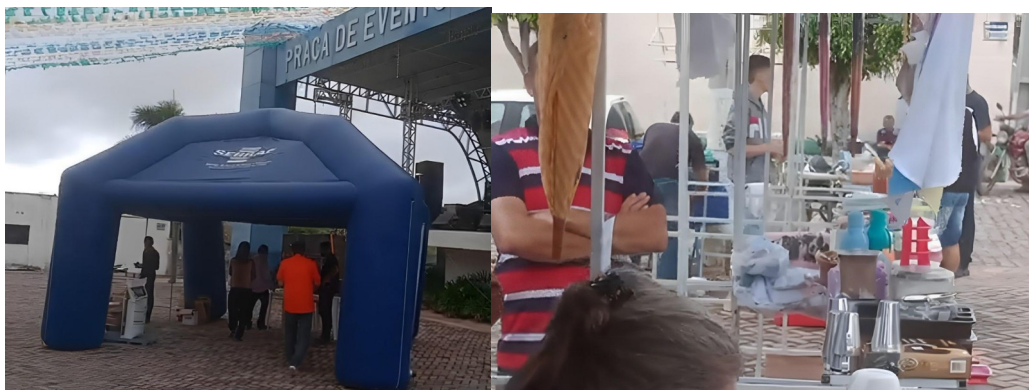
Figura 1 - Localização do município de Venha-Ver/RN

Fonte: Moura (2023, p.5).

EVIDÊNCIAS SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA EM VENHA VER/RN

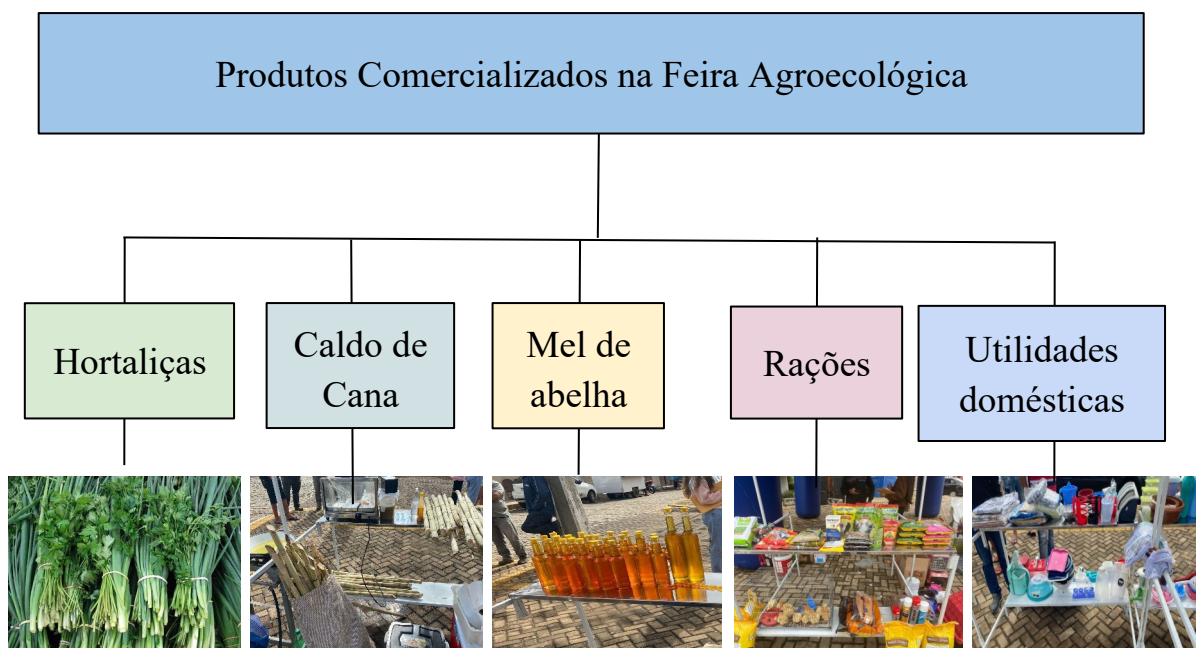
A I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN foi realizada na Praça Pública, no centro da cidade, e contou com estrutura física fornecida pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN), com disponibilidade de tendas para cada feirante e espaços padronizados, de fácil acesso e visualização para os consumidores, conforme apresentado na Figura 2. Além disso, cabe ressaltar as parcerias existentes: SEBRAE, Banco Santander, Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. (AGN), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Prefeitura de Venha-Ver/RN e Secretaria Municipal de Agricultura de Pau dos Ferros que contribuíram para a realização do evento.

Os principais produtos orgânicos comercializados pelos agricultores familiares foram hortaliças, cana-de-açúcar, mel de abelha, bolos, doces, salgados, café, leite, calçados de couro, demonstrando alguma diversificação de produtos. No entanto, deve-se destacar que o evento foi prejudicado pela chuva forte que ocorreu ao longo do dia. Saliente-se, ainda, que foram identificados produtos expostos e comercializados que não eram provenientes do setor agroecológico, como rações, artigos para pets e utilidades domésticas.

Figura 2 – I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN: Espaço e diversidade de produtos

Fonte: Acervo dos autores (2023).

A Figura 3 mostra a variedade de produtos expostos.

Figura 3 - I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN: Variedade de produtos expostos

Fonte: Acervo dos autores (2023).

Os produtos ofertados demonstram potencial para a comercialização de produtos da agricultura familiar, fundamentados nas práticas agroecológicas, e indica que a organização de novos eventos pode contribuir tanto para a geração de renda quanto para o incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis pela comunidade local. No entanto, foi possível observar que parte dos produtos expostos não seguiram os padrões reconhecidos pela regulamentação da agricultura orgânica do Brasil (Fonseca, 2009).

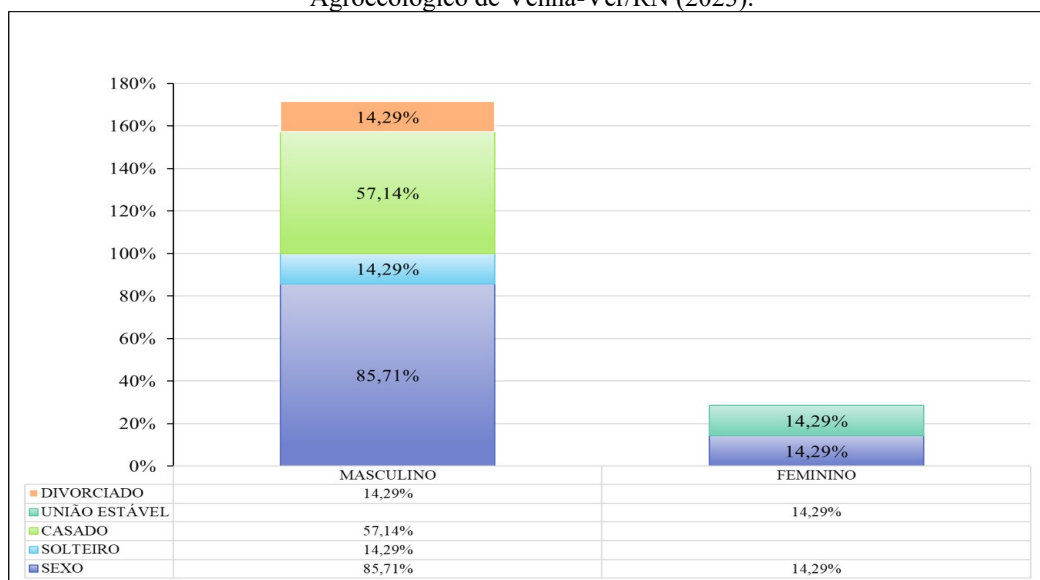
Análise da participação dos produtores/feirantes

Araújo, Lima e Macambira (2015), mostram uma expressiva representatividade da mulher/feirante na agricultura familiar, com produção predominante de hortaliças para ser comercializada nas feiras da região Nordeste.

A realização da I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023) enfrentou desafios devido às fortes chuvas que ocorreram ao longo do dia do evento, resultando na presença de apenas sete feirantes. Dentre eles, seis eram do sexo masculino (85,71%) e apenas uma do sexo feminino (14,29%), refletindo a disparidade de gênero na feira local. A idade média dos feirantes foi de 40 anos. Embora Araújo, Lima e Macambira (2015) mostrem uma expressiva representação feminina, principalmente no cultivo de hortaliças, a feira não refletiu essa tendência.

Quanto ao estado civil dos feirantes foram observadas as seguintes respostas: 57,14% declararam estar casados; 14,29% união estável; 14,29% divorciado e 14,29% solteiros. Os dados apontam responsabilidades financeiras dos feirantes com a família e sinalizam para a importância de continuar o apoio para a realização de outras feiras.

Gráfico 1 - Sexo e estado civil dos produtores/feirantes na I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).

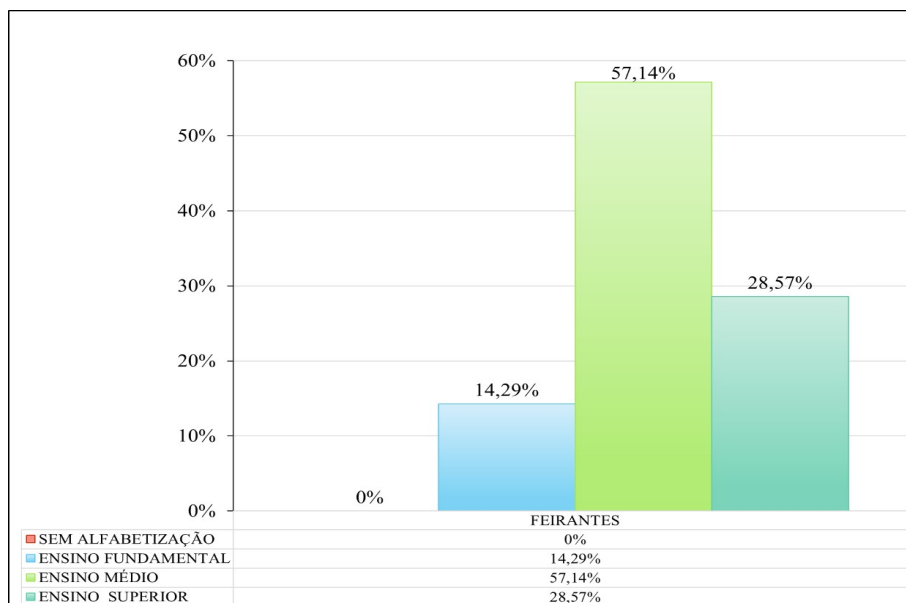


Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

Para 100% dos feirantes, o núcleo familiar consiste de até três pessoas, o que aponta uma disponibilidade limitada de mão de obra para as tarefas produtivas e para a comercialização dos produtos. Considerando que a atividade de agricultor familiar envolve principalmente a família, a escassez de membros envolvidos nos processos produtivos e de comercialização representa um desafio para a expansão dessa atividade no curto prazo. Além disso, trata-se de uma situação que pode acarretar sobrecarga de trabalho e possivelmente desmotivação no futuro.

Pesquisa de Assis, Priore e Franceschini (2017) mostrou que o nível de escolaridade impactou positivamente os níveis de rendimento e de lucratividade dos agricultores familiares. Os dados sugerem que políticas governamentais voltadas para a ampliação dos níveis de escolaridade dos agricultores familiares podem potencializar os resultados produtivos e econômicos do público-alvo e, conseqüentemente, resultar em melhorias nas condições de vida. Os dados relativos ao nível de escolaridade dos feirantes são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição dos produtores/feirantes quanto ao nível de escolaridade na I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).



Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

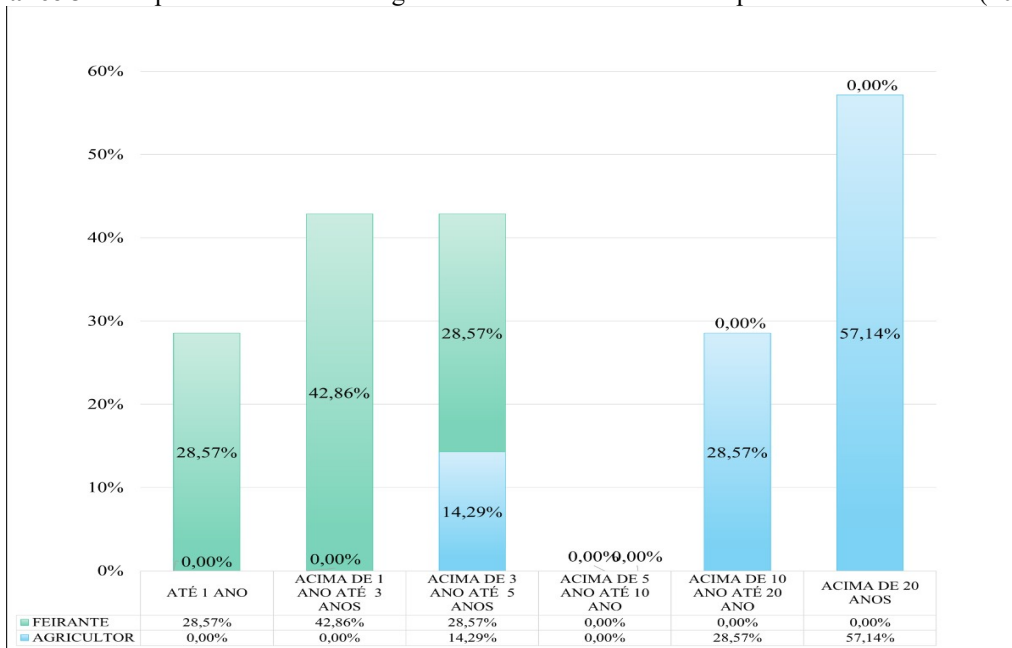
Na feira, verificou-se que 57,14% dos participantes declararam ter completado o Ensino Médio, 28,57% possuíam Ensino Superior e 14,29% tinham Ensino Fundamental. Como o universo da agricultura familiar local estava subrepresentado no evento, considera-se que o nível de escolaridade elevado possivelmente não reflete a realidade da zona rural de Venha-Ver.

Não obstante, também é plausível que aqueles com maiores níveis educacionais sejam mais abertos à adoção de novas práticas produtivas, como as da agroecologia. Isso pode ampliar a diversificação de produtos comercializados, potencializar as vendas e, consequentemente, contribuir para a melhoria do padrão de consumo da população, por meio de produtos mais saudáveis.

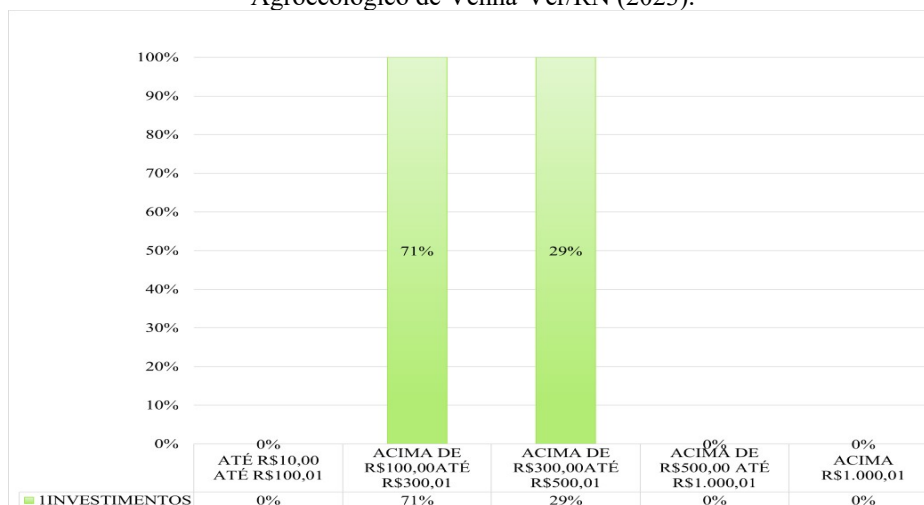
Conforme, Darolt, Rover (2021), a elevação no nível de escolaridade pode contribuir para que os feirantes / agricultores familiares busquem a certificação de seus produtos como provenientes de práticas ambientalmente sustentáveis a fim de obter melhores resultados econômicos. A certificação é importante não somente para garantir a qualidade dos produtos comercializados, como também para construir credibilidade junto aos consumidores, o que amplia as oportunidades de mercado e fortalece as feiras.

O Gráfico 3 apresenta dados sobre o tempo de atuação como agricultores familiares e feirantes. Os dados indicam maior tempo de permanência dos pesquisados na agricultura familiar, uma vez que a atividade é amplamente difundida na realidade local, inclusive como parte integrante das manifestações culturais e de tradição, características marcantes de municípios eminentemente rurais do interior nordestino.

Conforme disposto no Gráfico 3, constatou-se que 57,14% trabalham na produção como agricultores há mais de 20 anos; 28,57% entre 10 anos e 20 anos; e, 28,57% acima de 1 ano até 3 anos. Já em relação à atuação como feirantes foram indicadas as seguintes respostas: 42,86% informaram que trabalham como feirantes acima de 1 ano até 3 anos, e, 28,57% apontaram que atuam há 1 ano, portanto se encontram em fase inicial de estabilização como comerciantes; 28,57% informaram que atuam como comerciantes há mais de 3 anos até 5 anos. Esses dados sugerem uma relação entre a experiência dos produtores na agricultura familiar e sua conciliação com a atividade de feirante, indicando disposição para buscar novas oportunidades para obtenção de renda e para, quiçá, promover mudanças na dinâmica de comercialização de produtos agroecológicos no mercado local.

Gráfico 3 - Tempo de trabalho como agricultores e feirantes no município de Venha-Ver/RN (2023).

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

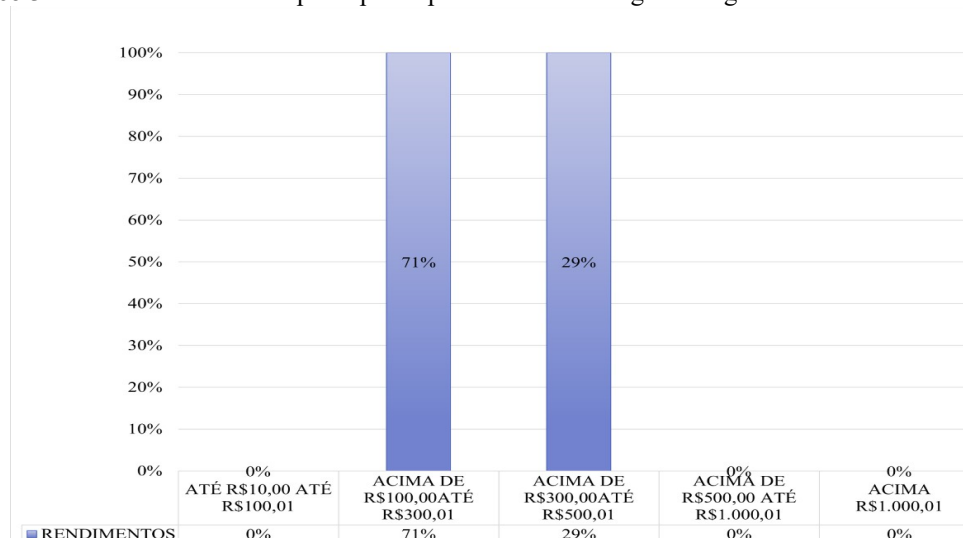
Gráfico 4 - Investimentos realizados pelos participantes da I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

O Gráfico 4 demonstra os montantes investidos pelos feirantes para ingressar na atividade comercial.

Os dados revelam que 29% dos participantes investiram entre R\$100,00 e R\$500,00; enquanto outros 29% investiram entre R\$500,00 e R\$1.000,00 e; 43% investiram acima de R\$1.000,00. Pode-se considerar que os montantes investidos representam valores significativos para os padrões locais e sugerem que as expectativas dos feirantes eram de realizar boas vendas. Saliente-se que parte dos montantes empregados foram de itens, como embalagens, que seriam utilizáveis em outras feiras.

O Gráfico 5 mostra os rendimentos obtidos pelos feirantes que participaram da I Feira do empreendedor agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).

Gráfico 5 - Rendimentos obtidos pelos participantes da I Feira Agroecológica de Venha-Ver/RN (2023).

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

Pode-se considerar ainda que os montantes aplicados na I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023) não foram reembolsados, especialmente quando se leva em conta que os rendimentos médios obtidos por 71% dos produtores/feirantes situaram-se entre R\$100,00 e R\$300,00. Já para 29% dos produtores/feirantes, os rendimentos situaram-se na faixa de R\$300,00 a R\$500,00.

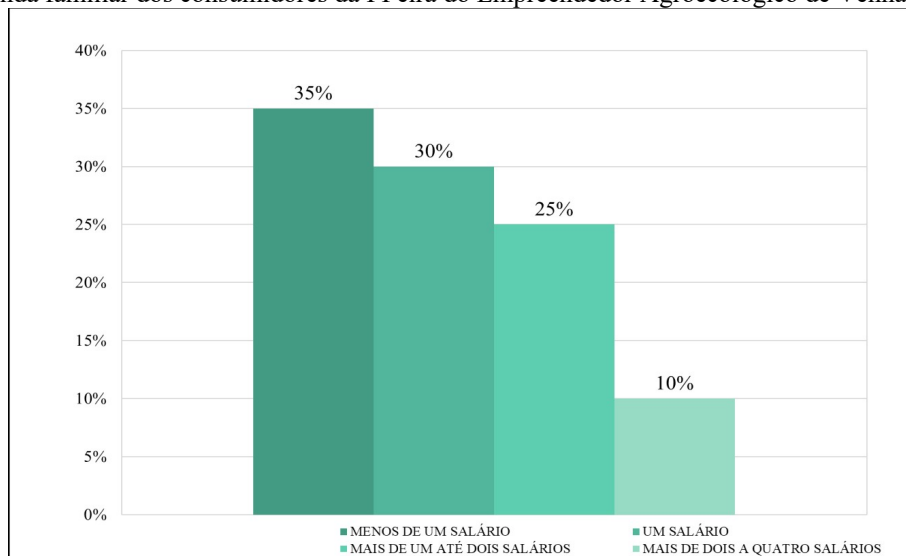
Os resultados dos rendimentos devem ser ponderados pelas estratégias adotadas pelos feirantes ao realizarem os investimentos iniciais para participação na I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023), isso porque foi a primeira experiência com esse tipo de evento e as expectativas superaram os resultados. Ademais, deve-se ressaltar que as vendas foram comprometidas pelas chuvas que ocorreram ao longo do dia do evento.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar algumas dificuldades enfrentadas pelos feirantes, entre elas a decisão sobre os preços competitivos, pois receavam estabelecer preços mais elevados do que aqueles praticados pelo mercado de produtos da agricultura convencional. Além disso, foi mencionada a necessidade de cursos de capacitação para aprimorar o conhecimento sobre práticas da agroecologia e sobre os processos de certificação dos produtos. Outras questões apontadas durante a pesquisa incluíram reclamações sobre insuficiência na divulgação da feira, inclusive nas áreas rurais, bem como sobre inadequação da estrutura disponibilizada, especialmente para dias chuvosos. Além disso, alguns apontaram para a necessidade de continuidade e frequência das feiras para facilitar a comercialização dos produtos e para a recuperação dos montantes investidos.

Análise da participação dos consumidores

Em relação ao perfil do público-consumidor, percebeu-se uma distribuição equilibrada, com 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Dentre os consumidores que compareceram à feira, 70% tinham 45 anos de idade ou mais, dos quais 20% indicaram idade superior a 55 anos. Entre as consumidoras pesquisadas, 20% indicaram mais de 45 anos e as demais com idade de 18 anos até 45 anos, indicando um perfil de consumidoras mais jovens do que aquele observado no público masculino.

O Gráfico 6 apresenta dados sobre a renda familiar do público consumidor que compareceram a I Feira do empreendedor agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).

Gráfico 6 - Renda familiar dos consumidores da I Feira do Empreendedor Agroecológico de Venha-Ver/RN (2023).

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração pelos autores (2023).

Os dados revelaram que 35% dos participantes declararam ter uma renda inferior a um salário mínimo, enquanto 30% possuem um salário mínimo. Já 30% têm uma renda maior que um salário mínimo, chegando até dois salários mínimos, e 10% possuem rendimentos superiores a dois salários, podendo chegar a quatro salários mínimos. Assim, a faixa de renda dos participantes varia de mais de um salário mínimo até quatro salários mínimos. Além disso, verificou-se ainda que 70% dos consumidores homens e 60% das mulheres que participaram da feira declararam rendimento maior do que R\$ 1.320,00⁷.

Os dados indicam que a feira conseguiu atrair uma variedade de públicos, incluindo aqueles com rendas mais baixas e mais altas. O perfil de rendimentos dos potenciais consumidores se mostrou diversificado e deve servir para adaptação de estratégias de vendas, formação de preços e de publicidade para atender às necessidades e capacidades financeiras.

Os dados sugerem que a feira conseguiu atrair consumidores de distintas faixas de renda para adquirir produtos mais saudáveis, mesmo com preços um pouco maiores do que aqueles praticados no mercado de produtos provenientes da agricultura convencional.

É importante destacar que, apesar das manifestações dos feirantes sobre a insuficiência nas ações de divulgação por parte dos organizadores do evento, 100% do público de consumidores pesquisados expressaram alto nível de satisfação com a feira. Isso sugere que outros aspectos da feira, como a qualidade dos produtos comercializados, a experiência de compra, entre outros, garantiram a satisfação dos consumidores no evento.

As análises trazem importantes contribuições por oferecer informações sobre potenciais consumidores de produtos da agroecologia, sobre as dificuldades verificadas na primeira experiência realizada no município, sobre as expectativas relacionadas a continuidade das feiras, sobre a demanda por melhores condições de funcionamento e de divulgação para os eventos, sobre o perfil dos participantes do evento, feirantes e consumidores, sobre os montantes de investimentos realizados e de rendimentos obtidos.

⁷ Salário mínimo vigente no período de realização da pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do capítulo foi analisar os perfis socioeconômicos dos produtores e dos consumidores na I Feira do Empreendedor Agroecológico, que ocorreu em Venha-Ver/RN, no mês de junho de 2023. A análise baseou-se em dados provenientes de pesquisa empírica, complementada por pesquisa bibliográfica, que destacou o envolvimento de feirantes e consumidores, além do suporte e participação de atores institucionais.

Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica mostrou a importância das feiras para a socioeconomia, em especial de cidades pequenas do interior nordestino, cujas tradições e manifestações culturais mantêm fortes ligações com esses espaços. Ademais, observou-se que as feiras agroecológicas se constituem em novas oportunidades de obtenção de renda para os agricultores familiares, bem como para incorporação de práticas mais condizentes com a preservação do meio ambiente e para oferecer produtos mais saudáveis para os consumidores.

Em síntese, os resultados da pesquisa de campo mostraram que a I Feira do empreendedor agroecológico contou com apenas sete produtores familiares/feirantes, em sua maioria do sexo masculino, com nível escolar razoavelmente elevado, com 57,14% tendo cursado, no mínimo, o Ensino Médio.

Os produtores familiares/feirantes apresentavam maior experiência nas atividades laborativas diretamente relacionadas à agricultura familiar, com uma média de idade acima de 40 anos. Em relação aos investimentos necessários para participar da feira foi verificado que o montante foi acima de R\$ 1.000,00 para 43% dos pesquisados e a média de rendimentos foi da ordem de R\$ 100,00 aos R\$ 300,00, sugerindo um retorno aquém das expectativas, também em função das condições climáticas adversas no período da realização da feira.

Quanto ao público consumidor foi observado uma predominância de rendimento acima de um salário mínimo vigente no período e nível de satisfação elevado em relação ao evento, muito embora tenha sido ressaltado que a divulgação foi pouco eficaz, por parte da organização, na visão dos feirantes.

No que diz respeito à avaliação do espaço e organização do evento, apesar da satisfação expressa pelos consumidores, identificou-se margem para melhorias como o uso de tendas maiores para reduzir problemas relacionados às condições climáticas. Também foi mencionada a necessidade de expandir a divulgação para a zona rural; disponibilizar acompanhamento técnico para o aprimoramento da produção de base agroecológica; oferecer cursos de capacitação; ampliar a diversificação dos produtos disponibilizados na feira; instituição de um calendário de feiras agroecológicas para incentivar a adesão de mais produtores/feirantes e promover estratégias para divulgação de hábitos de consumo mais saudáveis a partir da aquisição de produtos orgânicos. Ademais, é importante destacar que os agricultores familiares ainda enfrentam muitos desafios para a comercialização de seus produtos, incluindo a insuficiência de infraestrutura e de assistência técnica especializada.

No campo metodológico, reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações, em especial pelo reduzido número de respondentes (sete feirantes e vinte consumidores), o que confere caráter exploratório e descritivo ao estudo, sem permitir generalizações mais amplas. Além disso, a ausência de variáveis qualitativas nos instrumentos de coleta restringiu a compreensão de aspectos subjetivos, como percepções sobre agroecologia, expectativas em relação à feira e grau de fidelização de consumidores e produtores.

Por fim, considera-se que iniciativas como as feiras agroecológicas desempenham um papel fundamental ao valorizar a agricultura familiar e incentivar a produção e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. Não obstante, são necessários esforços institucionais para aprimoramento das estratégias de divulgação, de melhoramento das estruturas de suporte, de continuidade e periodicidade dos eventos e de provimento de assistência técnica especializada para ampliação de práticas agroecológicas entre os agricultores familiares de Venha-Ver/RN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. do C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617–626, fev. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

EMBRAPA. **Espaço Temático: agricultura familiar – cenário**. s/d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 22 set. 2023.

EMBRAPA. **Agroecologia**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/politicas/agroecologia>

FONSECA, M. F. D. A. C. Agricultura orgânica. **Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói–RJ: PESAGRO, 2009.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2007.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 15 out. 2023.

IBGE. @Cidades. Panorama Venha-Ver/RN. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/venha-ver/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 19 out. 2023.

LIMA, S. K., *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília : Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MOURA, J. V. A. Caracterização do município de Venha-Ver-RN. p. 5, 1 maio 2023.

SEBRAE. O mercado para os produtos orgânicos está aquecido. **Portal Sebrae**, 2017. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mercado-para-os-produtos-organicos-esta-aquecido,5f48897d3f94e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, A. S. **Uma análise da cadeia produtiva e canais de comercialização de alimentos orgânicos**. Monografia de Bacharelado. 49 fls. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8880/1/ASSilva.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, J. M. da.; PANTOJA, M. J.; DELGROSSI, M. E. A alimentação escolar e as compras locais da agricultura familiar: uma análise bibliométrica da literatura. In: 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Brasília, 02 a 06 de agosto de 2021.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DOS IMPOSTOS E DA FISCALIZAÇÃO NOS SETORES FORMAL E INFORMAL DO BRASIL

Viviane Kalyne Queiroz de Lima⁸
Claudenilza da Silva Fernandes⁹
Thiago Geovane Pereira Gomes¹⁰
Rodolfo Herald da Costa Campos¹¹

INTRODUÇÃO

O setor informal está presente em todo o mundo. As pessoas sonegam impostos e contribuições sociais, além de evitarem regulações, ao trabalhar na economia informal ou pela contratação sem vínculo trabalhista. Há ainda de se falar sobre uma parcela da economia informal que é composta por atividades criminosas, por exemplo, contrabando, tráfico de drogas e corrupção. Por um lado, essa maior evasão fiscal gera uma queda na arrecadação tributária, dificultando a provisão de bens públicos. Por outro lado, esse fato pode acabar corroborando para a melhoria do arcabouço institucional de um país, desde que duramente combatido, por exemplo, estimulando a regularização de empresas ao reduzir burocracias desnecessárias.

O tamanho da economia informal é difícil de mensurar, em especial, porque o que faz parte dela não é claramente definido. Segundo Enste (2019), considerando uma amostra com algumas das principais economias industriais do mundo, percebe-se que a economia informal representa de 7% a 30% do Produto Interno Bruto desses países.

Medina e Schneider (2018) vão mais além e avaliam o tamanho da economia informal em 158 países, entre 1991 e 2015. De acordo com os mesmos, entre os membros da amostra, o tamanho médio da economia informal é de 31,9%. Havendo países como a Bolívia que chegam a mais de 60% do PIB. Desagregando por região, a América Latina tem um dos maiores pesos, com uma média superior a 36%. Para o Brasil, a média do período foi de 37,63%.

Existem alguns fatores que explicam a situação brasileira, e um dos pontos que podem ser citados é a composição do trabalho. De acordo com dados do IBGE (2020), mais de 80 milhões de pessoas, cerca de 40% da população brasileira, trabalha no mercado informal. De acordo com um estudo do Observatório da Produtividade do IBRE-FGV (2020), o peso da informalidade no mercado de trabalho brasileiro se acentuou ainda mais com a pandemia. Em alguns trimestres, ela cresceu a uma taxa superior a 2%, ao passo que a contratação formal caiu no mesmo período.

Outro fator que explica a alta participação do setor informal na economia brasileira são os custos à entrada e a burocracia para a regularização de empreendimentos. De acordo com o relatório "*doing business*" do *World-Bank* (2019), o Brasil ainda é apenas o 59º país em facilidade para fazer negócios. Isso se deve, por exemplo, ao custo que a tributação tem sobre o lucro da empresa, que é de mais de 60%, e um tempo médio para abertura e legalização de uma empresa superior a 45 dias.

8 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: vivianekalyne@alu.uern.br

9 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: claudenilzasilva@alu.uern.br

10 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: thiagogeovane@uern.br

11 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: rodolfocampos@uern.br

Ulyssea (2010) cita que a firma enfrenta dois tipos de custos para se tornar formal: os custos de entrada e os custos de permanência nesse setor. A redução de procedimentos e a simplificação burocrática podem contribuir com a permanência no setor formal, como também, a simplificação do cumprimento de obrigações tributárias e regulamentações. Também é importante salientar que uma economia mais produtiva induz uma maior eficiência na alocação de recursos e gera mais incentivos para as empresas honrarem suas obrigações tributárias.

O problema da economia informal não pode ser resolvido unicamente por multas e fiscalização. Compreender as causas e consequências entre países é importante para formulação de políticas públicas adequadas. Por exemplo, os formuladores de políticas públicas precisam entender que quando há um excesso de trabalhadores informais há um desequilíbrio a ser sanado, podendo requerer uma melhoria no processo de regulamentação do trabalho. Como também, um programa de qualificação de um grupo de trabalhadores que contribua com o aumento da produtividade da economia¹².

É importante entender o papel de *buffer* exercido pelo setor informal em um cenário de crescente taxa de desemprego, baixa produtividade e elevada carga de impostos diretos e indiretos. Esse setor garante a sobrevivência de muitas famílias e a alocação de recursos de algumas empresas com maior intensidade de mão de obra. E ainda existe o choque *covid*, responsável por reduzir o rendimento médio dos trabalhadores, aumentar a vulnerabilidade social e contribuir com o aumento da dívida pública. Assim, a construção dessa pesquisa possibilita melhor direcionamento e aplicação das políticas públicas no Brasil. O modelo teórico proposto ilustra o comportamento dos agregados macroeconômicos e permite a construção de cenários com a redução e simplificação de impostos.

Para Loayza (1997), Schneider (2005), Schneider e Williams (2013), Hassan e Schneider (2016) e Medina e Schneider (2018) o tamanho e a dinâmica da economia informal serão afetados pelos impostos diretos e indiretos e pela fiscalização. Assim, será que uma redução de impostos reduzirá o tamanho do setor informal em relação ao PIB brasileiro? Quais os possíveis efeitos da simplificação de impostos sobre o mercado de trabalho e o produto informal? E mais fiscalização das empresas informais implica em redução da informalidade?

O objetivo deste capítulo é analisar os efeitos da redução e simplificação de impostos sobre o setor informal brasileiro. De maneira específica, realizar experimentos fiscais sobre o mercado de trabalho e o produto informal.

A estratégia empírica proposta nessa pesquisa consiste em calibrar um modelo DSGE de dois setores para simular os efeitos da redução da alíquota do imposto sobre o produto formal, sobre os salários e uma maior probabilidade de atuação das firmas e trabalhadores informais. E por fim, realizar uma análise de sensibilidade. A construção do modelo é baseada em Paes (2010), Orsi, Raggi e Turino (2014), Pappa, Sajedi e Vella (2015), Dellas et al. (2017), Jesus, Besarria e Maia (2020), Annicchiarico e Cesaroni (2018) e Junior, Garcia-Cintado e Usabiaga (2021).

Os resultados do estudo indicam que a redução de impostos pode ser uma estratégia eficaz para incentivar a formalização da economia. Mas é necessário que ocorra uma fiscalização eficiente para evitar evasão fiscal e a informalidade no mercado de trabalho e de produção. Além disso, é importante que as políticas públicas também considerem outras variáveis, como a taxa de desemprego e o papel complementar da economia informal em relação ao Produto Interno Bruto.

Além desta introdução, o capítulo contém mais quatro seções. A seção 2 trata da revisão da literatura da pesquisa; a seção 3 apresenta a metodologia empregada no trabalho; a seção 4 evidencia os resultados obtidos para as simulações sobre os agregados macroeconômicos; a seção 5 contém as conclusões.

12 Outro problema que pode existir é a má alocação de recursos. Isso afeta a produtividade atual e o comportamento da produtividade futura. Para mais esclarecimentos, ver Araújo e Vaz (2018).

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DIANTE DO SETOR INFORMAL BRASILEIRO

Esta seção fornecerá um breve levantamento de alguns trabalhos que tratam da interação entre os efeitos da tributação e da fiscalização sobre o setor informal brasileiro. Destaca-se o fato de que o uso de modelos de crescimento, principalmente o neoclássico, é frequentemente utilizado na literatura econômica voltada para a análise de impactos de mudanças tributárias.

A pesquisa realizada por Paes e Siqueira (2004), objetivou avaliar os impactos de uma reforma tributária no Brasil sobre a distribuição de renda e o bem-estar da população, além de analisar os efeitos macroeconômicos da reforma. Para isso, utilizaram um modelo macroeconômico dinâmico de equilíbrio geral computável (EGC) que permite simular os efeitos de mudanças na estrutura tributária brasileira. Eles concluíram que uma reforma tributária que reduza a carga tributária sobre o consumo e aumente a tributação sobre a renda pode ter efeitos positivos sobre a distribuição de renda e o bem-estar. Avaliaram também os efeitos macroeconômicos da reforma tributária, como o impacto sobre o investimento, a poupança e o crescimento econômico. Destacando que uma reforma tributária bem desenhada pode ter efeitos positivos sobre a economia brasileira, alertando a importância de se considerar os efeitos distributivos e de bem-estar da reforma tributária.

Outro estudo de Paes e Bugarin (2006), analisou os efeitos distributivos, de bem-estar e progressividade de uma proposta de reforma tributária que tem como objetivo simplificar o sistema tributário brasileiro. Os autores utilizaram um modelo computacional para simular os efeitos da reforma tributária em diferentes grupos de renda, e concluíram que a proposta de reforma tributária apresentada reduz a desigualdade de renda, mas os benefícios são maiores para os grupos de renda mais baixa. Além disso, a reforma tributária proposta também tem um impacto positivo no bem-estar da população, medido pela variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, alertaram para a necessidade de se ter cuidado com a progressividade da reforma tributária, que pode ser comprometida por mudanças na tributação sobre o consumo e sobre a renda e recomendaram que uma reforma tributária seja acompanhada por políticas públicas que visem a redução da pobreza e da desigualdade, além de medidas para aumentar a eficiência do gasto público.

Teles e Andrade (2006) analisaram os efeitos de reformas tributárias e previdenciárias no Brasil a longo prazo, utilizando um modelo de equilíbrio geral computável dinâmico para simular os efeitos de diferentes cenários de reformas tributárias e previdenciárias na economia brasileira ao longo de um horizonte de 30 anos. Eles concluíram que as reformas tributárias e previdenciárias podem também ter impactos positivos sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda no longo prazo. Destacando-se a importância de se considerar a interação entre as reformas tributárias e previdenciárias, uma vez que essas reformas têm impactos complementares na economia. Eles afirmaram o discurso de que uma reforma tributária bem desenhada pode reduzir a carga tributária e aumentar a eficiência do sistema tributário, enquanto uma reforma previdenciária pode melhorar a sustentabilidade do sistema previdenciário e reduzir as desigualdades na distribuição de renda.

Ulyseia e Reis (2006), examinaram como os impostos afetam a decisão dos trabalhadores de se inserirem no mercado formal ou permanecerem na informalidade. Eles utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o Brasil e estimam um modelo econométrico para analisar essa relação. Os resultados demonstraram que os impostos sobre o trabalho têm um efeito significativo na escolha ocupacional dos indivíduos. Impostos mais altos aumentam a probabilidade de trabalhar na informalidade, enquanto impostos mais baixos incentivam a formalização e reduzem a probabilidade de trabalhar na informalidade. Além disso, os autores encontraram evidências de que impostos mais elevados estão associados a salários mais baixos no setor formal, indicando que a carga tributária afeta negativamente a remuneração dos trabalhadores. Dessa forma, sugeriram que reduzir a carga tributária sobre o trabalho poderia incentivar a formalização e melhorar os salários no setor formal, contribuindo para promover o crescimento econômico e a redução da informalidade.

Somado às mudanças no mercado de crédito, Paes (2010) abordou a influência dos impostos e da coerção no cumprimento das obrigações tributárias sobre o setor informal, avaliando os efeitos dos custos de empréstimos sobre a escolha das firmas entre a economia oficial e a informal. O autor argumentou que as altas cargas tributárias e a complexidade do sistema tributário brasileiro incentivam a informalidade e que a falta de acesso ao crédito formal também é um fator que contribui para a permanência neste setor. Além disso, destacou a importância de uma reforma tributária que simplifique e reduza as cargas tributárias, assim como a necessidade de políticas que estimulem o acesso ao crédito formal para que os empreendedores informais possam se formalizar e expandir suas atividades. Afirmando o discurso de que essas mudanças poderiam levar a uma redução da informalidade no país, estimulando o crescimento econômico e aumentando a arrecadação de impostos. No entanto, ele reconheceu que, além das mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito, também são necessárias medidas sociais e educacionais para combater a informalidade.

Albuquerque, Araujo e Cavalcanti (2014), argumentaram que o desenho do sistema tributário pode ter um impacto significativo na informalidade e na evasão fiscal. Os autores propuseram uma análise teórica e empírica para entender as principais determinantes da informalidade e da evasão fiscal e a relação entre elas, examinando diferentes políticas tributárias e suas consequências na formalização da economia e no combate à evasão fiscal. Destacando a importância do desenho adequado das políticas tributárias para combater a informalidade e a evasão fiscal, sugeriram que a simplificação do sistema tributário, a redução das taxas de impostos e o fortalecimento da fiscalização podem ter um papel significativo na formalização da economia e no aumento da arrecadação de impostos.

O estudo de Felix (2019), apresenta um contexto em que a informalidade é um problema significativo no país, afetando a eficiência econômica e limitando o potencial de crescimento. O autor investigou como políticas fiscais podem influenciar a informalidade, especificamente por meio de choques de produtividade, utilizando-se de um modelo DSGE calibrado para a economia brasileira, considerando variáveis macroeconômicas. Ele concluiu que choques positivos de produtividade têm o potencial de reduzir a informalidade, principalmente quando combinados com políticas fiscais expansivas, como redução de impostos. Por outro lado, choques negativos de produtividade tendem a aumentar a informalidade. O autor destaca ainda as limitações do modelo e as possíveis políticas fiscais adequadas que podem ser implementadas para promover a redução da informalidade de forma eficaz, discutindo-se questões relacionadas à sustentabilidade fiscal e à importância de um ambiente favorável aos negócios para combater esse problema.

Castro, Ferreira e Costa (2019), utilizaram o Método de Análise Hierárquica para identificar estratégias mais relevantes e prioritárias de políticas públicas para reduzir a informalidade no setor de confecções. Os autores argumentaram que a capacitação dos trabalhadores é essencial para melhorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo setor; que o fortalecimento das associações e cooperativas pode promover a formalização dos negócios e melhorar a organização e representatividade do setor e que a melhoria do acesso ao crédito é fundamental para que os empreendedores informais possam investir em seus negócios e expandir suas operações. Eles concluíram que a capacitação dos trabalhadores é a estratégia mais importante, seguida pelo fortalecimento das associações e cooperativas e melhoria do acesso ao crédito.

METODOLOGIA

A próxima seção apresenta o modelo de Equilíbrio Geral Dinâmico e Estocástico (em inglês, DSGE)¹³ que será utilizado para simulação dos efeitos dos impostos sobre os agregados

¹³ Por questão de espaço e conveniência, apenas será descrito o comportamento do governo e suas respectivas equações. Mais detalhes podem ser vistos em Gomes (2022).

macroeconômicos brasileiros, após choques de produtividade nos dois setores. Esse tipo de metodologia permite captar os efeitos endógenos e estruturais da economia artificial e que podem subsidiar a tomada de decisão dos formuladores de políticas públicas.

Apresentação do modelo

Segundo Junior, Garcia-Cintado e Usabiaga (2021), a presença de impostos na economia afeta o comportamento dos agentes econômicos e, assim, as atividades informais surgem do comportamento otimizador da família representativa e das firmas atacadistas.

Considerar-se-á um tipo de família que gera poupança e contribui com a formação do estoque de capital dessa economia, incluindo a existência de custos de ajustamento do investimento. As famílias escolhem ofertar as horas de trabalho no setor formal e informal e, conseqüentemente, recebem seus salários de cada setor. Por questão de simplicidade, esses salários são determinados em um ambiente de concorrência perfeita. E existem dois tipos de bens homogêneos: formais e informais com a presença da persistência de hábitos.

As firmas são divididas em varejistas e atacadistas para possibilitar a inclusão de rigidez nos preços. A varejista atua em concorrência perfeita, recebe os bens intermediários do setor atacadista e os agrega em uma cesta para a oferta do produto final na economia. Nesse modelo, a informalidade é inserida entre as firmas atacadistas para representar a existência de dois setores e duas tecnologias, como apontado por Annicchiarico e Cesaroni (2018). Os autores citam a possibilidade de que os bens produzidos nos dois setores sejam homogêneos e indistinguíveis. Isso gerará uma situação em que o produto agregado é igual à soma do produto de cada setor. Assim, como substitutos perfeitos na produção, os dois tipos de produtos podem ser usados na produção do bem final sem custos adicionais.

As empresas atacadistas realizam uma análise de custo-benefício e que possibilite a minimização dos seus custos em um ambiente de concorrência monopolística. Elas demandam trabalho do setor formal, assegurando o pagamento de imposto sobre sua receita e sobre a contribuição de seguridade social. Uma outra alternativa é evitarem o cumprimento de suas obrigações tributárias e ocorrer a fiscalização de suas unidades. Após a fiscalização, elas pagarão o imposto devido e uma multa proporcional às unidades vendidas.

Há uma elevada participação do setor informal na economia brasileira, tanto no sentido de geração de trabalho e renda, quanto em termos de produção. Portanto, será apresentado um modelo que descreve o comportamento das firmas que participam dos setores formais e informais na economia brasileira, baseados no argumento anterior.

O governo apresenta algumas características que podem contribuir com o aumento da informalidade e queda no bem-estar das famílias em um cenário com várias distorções. Por exemplo, a existência de uma pequena base tributária e o aumento da evasão fiscal sinalizará menos agentes pagando impostos. Como também, o aumento da Dívida Pública após o ano de 2013 e a redução no crescimento do PIB oficial.

Com o intuito de captar os efeitos da informalidade no ciclo real de negócios e a criação da Emenda Constitucional n. 95/2016, foram inseridos o produto informal e a probabilidade de inspeção na restrição orçamentária do governo. E uma modelagem para representação da variação dos gastos do governo. A arrecadação tributária é formada pelos impostos sobre o consumo dos bens formais, imposto sobre uso do capital físico, imposto que incide sobre a receita do setor formal, imposto sobre as horas trabalhadas e um imposto sobre salários.

O gasto corrente do governo é modelado como uma proporção do produto agregado, para captar os efeitos do crescimento econômico. A regra de teto dos gastos do governo (EC 95) foi retirada de Jesus, Besarria e Maia (2020) para representar os efeitos da inflação e gasto passado na variação dos gastos no período atual. A evasão fiscal considera os efeitos das horas trabalhadas e salários do setor

informal, a probabilidade complementar de não-inspeção e o imposto sobre as receitas que não será arrecadado. E por fim, o superávit primário foi modelado como forma de reduzir o tamanho da dívida do governo. Espera-se que, após um choque de produtividade formal, ocorra o aumento da arrecadação e do superávit para obter uma menor dívida do governo.

Já o governo tributa as famílias, as firmas formais, autua as empresas informais e emite títulos com maturidade de um período para financiar seus gastos correntes e o pagamento da sua dívida. Sua restrição orçamentária é definida por:

$$\frac{B_{t+1}}{R_t^B} - B_t = P_t \cdot G_t - ART_t - Pr \cdot \phi^F \cdot \tau_F \cdot Y_t^I \cdot P_t^I - Pr \cdot \phi^W \cdot \tau_S \cdot W_t^I \cdot N_t^I \quad (1)$$

A equação anterior deixa explícito o papel do setor informal, tanto na produção como no mercado de trabalho, em reduzir a arrecadação do governo.

A arrecadação fiscal é dada por

$$ART_t = \tau_C C_t^F \cdot P_t^F + \tau_K \cdot P_t \cdot (R_t^K - \delta_K) \cdot K_t^F + \tau_F Y_t^F \cdot P_t^F + (\tau_N + \tau_S) \cdot W_t^F \cdot N_t^F \quad (2)$$

Na qual, o imposto sobre o consumo dos bens formais, o imposto sobre capital físico, imposto sobre as receitas, imposto sobre horas de trabalho e salários podem contribuir de maneira direta para o aumento do superávit primário do governo. Teoricamente, a redução da economia informal implicará no aumento da arrecadação. Como o superávit tem um componente formado pela arrecadação, é possível reduzir a dívida pública nessa situação.

O gasto do governo é diretamente proporcional ao aumento do produto agregado e foi modelado adotando-se a hipótese da existência de uma política fiscal pró cíclica. Representado por

$$G_t = \eta \cdot Y_t \quad (3)$$

A inclusão da regra de teto dos gastos do governo (EC 95) é retirada de Jesus, Besarria e Maia (2020) e, é dada por

$$\Delta G_t = \pi_{t-1} \cdot G_{t-1} \quad (4)$$

La Porta e Shleifer (2014a) também discutem a capacidade fiscal do setor público, cuja evasão fiscal é denotada por:

$$EF_t = (\tau_N + \tau_S) \cdot W_t^I \cdot N_t^I + (1 - Pr) \cdot \tau_F Y_t^I \cdot P_t^I \quad (5)$$

A evasão pode afetar a qualidade e quantidade ofertada dos bens públicos. Esse canal é de grande importância principalmente para países em desenvolvimento e com um tamanho considerável da economia informal.

O superávit primário é

$$SP_t = ART_t - G_t \quad (6)$$

Onde a redução dos gastos correntes do governo permitirá o aumento do superávit primário.

E por último, a dívida do governo é dada por

$$D_t = D_{t-1} \cdot R_{t-1}^B - SP_t \quad (7)$$

Assim, o montante de dívida real passada e o superávit podem influenciar o tamanho da dívida atual.

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO SOBRE O SETOR INFORMAL NO BRASIL

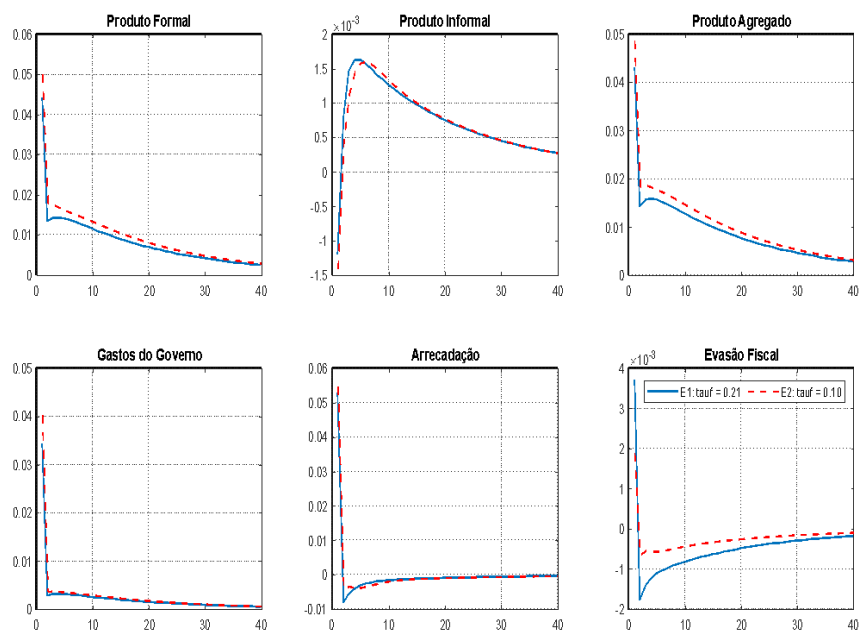
Os resultados do modelo são extraídos de forma que possibilitará a construção de cenários com redução dos impostos presentes na economia artificial. Como também, o aumento da inspeção das empresas que atuam no setor informal. Espera-se encontrar, de maneira geral, a redução da informalidade em todos os cenários citados anteriormente.

Efeitos da redução dos impostos e da fiscalização

Buehn e Schneider (2012) afirmam que os impostos contribuem para o crescimento da informalidade. Baseado nisso, foram realizadas simulações para testar os efeitos da redução da alíquota do imposto sobre o produto formal, o salário formal, o trabalho formal e uma maior probabilidade de atuação das firmas e trabalhadores informais.

Consideram-se dois cenários para a primeira simulação: o cenário 1 apresenta uma alíquota igual a 0,21 e o cenário 2 com 0,10. Como esperado, o produto formal apresentou um tamanho maior em todo o período e o informal caiu até, aproximadamente, o sétimo período. Uma coisa importante para salientar é o retorno do crescimento do produto informal. Uma justificativa para esse comportamento pode surgir com o papel complementar da economia informal em relação ao PIB.

Figura 1: Efeitos da redução do imposto sobre o produto formal



Fonte: Resultados obtidos na extensão *Dynare*, aplicados no Matlab (2018).

Os gastos do governo caíram no primeiro instante, devido à queda no produto agregado e a arrecadação e a evasão fiscal se comportaram de maneira diferente. A arrecadação apresentou um efeito quase nulo e a evasão fiscal cresceu, porém, ainda continua negativa. Essa situação sugere a existência de um *shadow puzzle*, definido como: “grandes setores informais são amplamente tolerados, apesar das melhorias nas tecnologias para detectar atividades informais, porque a intensificação do grau de coerção levaria a um maior desemprego.” ((ULYSSEA, 2010), p. 96)

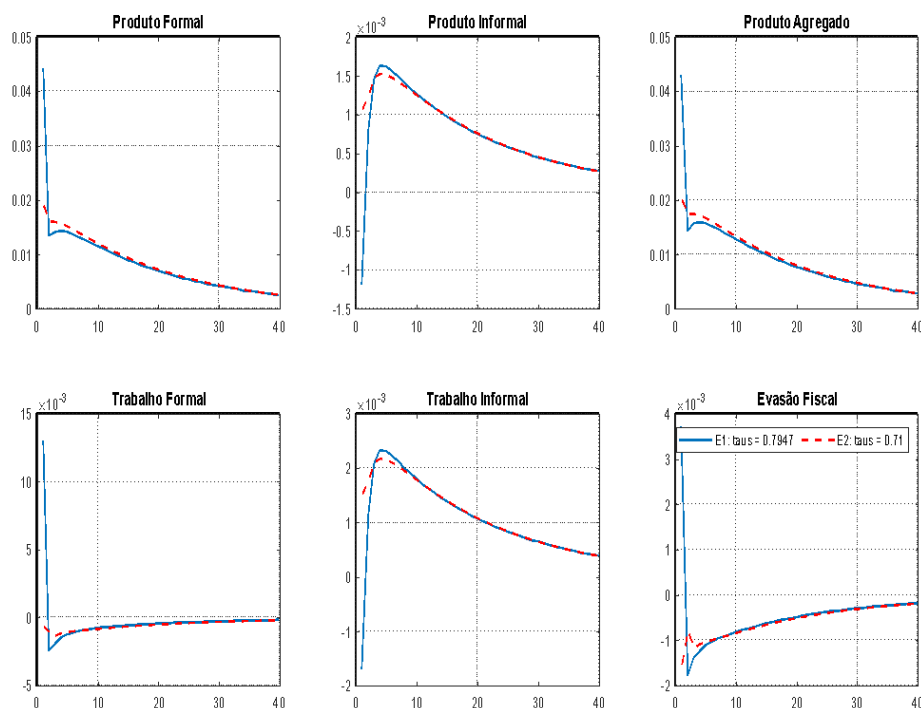
Resultados parecidos foram encontrados por Paes (2010). Ele fez um exercício na taxa de variação do novo produto da economia com a redução de 1% na tributação do produto formal. E cita a contribuição para a migração de empresas para o setor formal e o crescimento da produção desse mesmo setor (com um crescimento de 0,79% e 0,15% no produto total).

O segundo exercício levou em consideração a redução do imposto sobre o salário dos trabalhadores, implicando no aumento do poder de compra das famílias presentes no modelo. As demais variáveis se comportaram da seguinte forma: a produção formal aumentou, e isso sugere que a redução dos impostos pode incentivar a formalização do trabalho, que leva a uma maior arrecadação tributária e a uma redução na informalidade, uma vez que a redução do imposto pode aumentar a demanda por trabalho formal, elevando, consequentemente, os salários. Assim como no estudo de Ulyssea e Reis (2006), no qual demonstraram que impostos mais altos aumentam a probabilidade de trabalho informal, e impostos mais baixos incentivam a formalização, portanto, reduzindo a informalidade.

Para o segundo exercício, foram considerados dois cenários: o cenário 1 apresentou uma alíquota de imposto sobre salários igual a 0,7947 e o cenário 2 com 0,71. Como esperado, o produto formal apresentou um leve crescimento em todo o período, enquanto o produto informal caiu, aproximadamente, a partir do terceiro período. Esse declínio pode ser explicado pela competitividade dos produtos formais com os informais devido à evasão fiscal crescente. O descumprimento das

obrigações fiscais e regulatórias provocou o aumento da oferta de trabalho informal, que pode, conseqüentemente, diminuir a arrecadação e os gastos do governo.

Figura 2: Efeitos da redução do imposto sobre salário formal



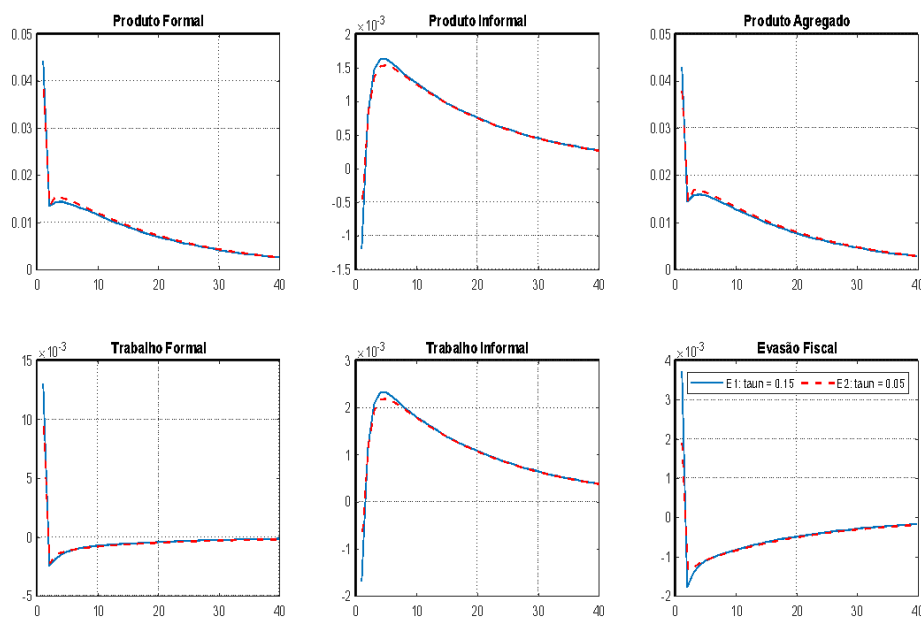
Fonte: Matlab (2018).

A redução da alíquota do imposto sobre o trabalho formal pode ter implicações para a economia. No estudo em questão, a diminuição dessa alíquota pode estimular um aumento na oferta de trabalho formal. Isso ocorre porque, com uma carga tributária menor, os trabalhadores podem ter um incentivo adicional para buscar empregos formais, uma vez que a remuneração líquida será maior.

Na terceira análise, a simulação apresentou uma redução na alíquota do imposto sobre trabalho de 0,15 para 0,05. Nesse caso, o produto informal apresentou uma queda até o sétimo período. A evasão fiscal ilustrou um leve crescimento, com pouca diferença de um cenário para o outro.

A figura 3 contém uma curva de oferta de trabalho. Constatou-se que, a redução do imposto pode levar a um deslocamento positivo dessa curva, o que implica um aumento na oferta de trabalho formal. Isso, por sua vez, pode causar uma redução na taxa de desemprego, como citado anteriormente, já que o aumento no emprego formal tende a reduzir a taxa de desemprego, aumentando a produção no setor formal da economia.⁷

Figura 3: Efeitos da redução do imposto sobre trabalho formal



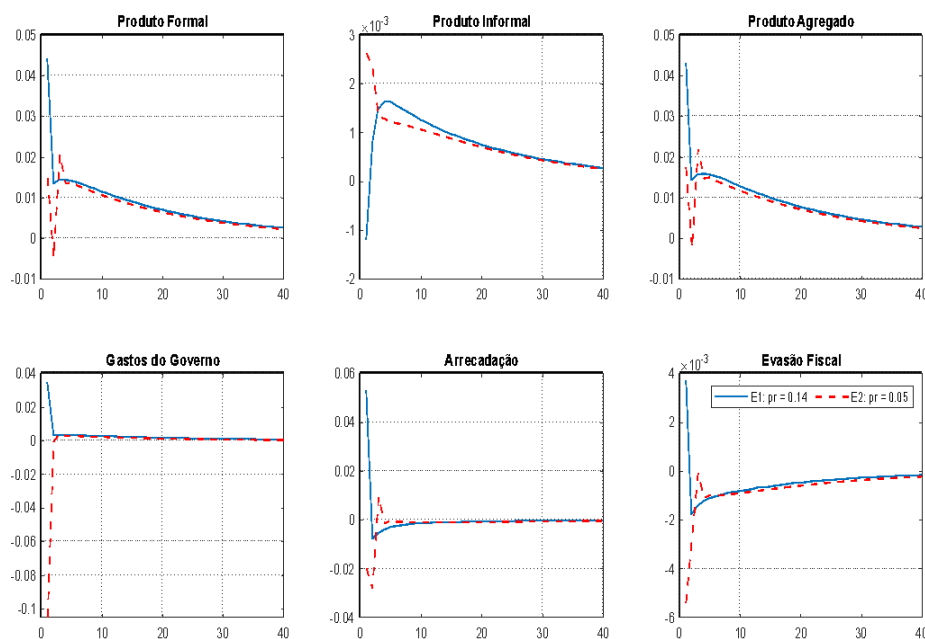
Fonte: Matlab (2018).

Para a quarta simulação, o cenário 1 tem uma probabilidade de fiscalização igual a 0,14 enquanto o cenário 2 com 0,05. Como observado, o produto formal sofreu uma redução no curto prazo e o informal cresceu, aproximadamente, até o quinto período. Nessa simulação, foi reduzida a probabilidade de autuação das firmas e trabalhadores informais, o que levou a um aumento na produção do setor informal em cerca de 1,5%. Com menos incentivos para se formalizar e cumprir obrigações fiscais, muitas empresas e trabalhadores optam por permanecer no setor informal, onde as barreiras regulatórias e fiscais são menores.

Houve também um efeito negativo no produto agregado da economia, com uma queda de cerca de 0,02%. A informalidade afetou negativamente a arrecadação fiscal do governo, uma vez que as empresas e trabalhadores informais muitas vezes não pagam impostos ou contribuições previdenciárias. Essa perda de arrecadação fiscal pode ter um impacto significativo na capacidade do governo de financiar serviços públicos, programas sociais e investimentos em infraestrutura, afetando negativamente o bem-estar da população e a competitividade do país.

Esses resultados sugerem que o aumento da fiscalização sobre o setor informal, pode ter efeitos positivos para a produção desse setor, ao reduzir o risco percebido pelos atores informais. Os gastos do governo, como observado, diminuíram, devido à queda do produto agregado; diferentemente da arrecadação e da evasão fiscal que tiveram uma variação significativa no curto prazo, embora tenham permanecido negativos.

Figura 4: Efeitos da redução da fiscalização sobre o setor informal



Fonte: Matlab (2018).

Portanto, políticas que visam equilibrar a formalização da economia com medidas que reduzem as barreiras para se tornar formal, como simplificação tributária e regulatória, podem ser uma abordagem mais eficaz para promover o crescimento econômico sustentável e a arrecadação de impostos. Alinhado a esse pensamento, Ulysea (2010) cita que a firma enfrenta dois tipos de custos para se tornar formal: os custos de entrada e os custos de permanência neste setor. Logo, a redução de procedimentos e a simplificação burocrática podem contribuir com a permanência no setor formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os efeitos da redução de impostos sobre o setor informal brasileiro, especificamente realizando experimentos fiscais sobre o mercado de trabalho e produto informal. Para isso, foi utilizada uma estratégia empírica que consiste em calibrar um modelo DSGE de dois setores para simular os efeitos da redução da alíquota do imposto sobre o produto formal, sobre os salários e uma maior probabilidade de atuação das firmas e trabalhadores informais.

Em suma, os resultados obtidos mostram que a redução de impostos pode ter um efeito positivo na formalização da economia, e que a fiscalização também é importante para reduzir a informalidade e aumentar a arrecadação tributária.

A elevação na probabilidade de fiscalização mostra-se como um instrumento poderoso para reduzir a informalidade e aumentar a arrecadação de impostos. A fiscalização eficiente pode desencorajar a informalidade, uma vez que os atores informais percebem um risco maior de punição e podem migrar para empresas formais, como destacado no estudo de Paes (2010). Portanto, políticas que visam fortalecer a fiscalização e simplificar o sistema tributário podem promover a formalização da economia e maximizar a arrecadação tributária. Nesse sentido, é importante lembrar que essa

redução deve ser acompanhada por estratégias fiscais sustentáveis a longo prazo para evitar desequilíbrios fiscais e pressões sobre a dívida pública, por exemplo.

O estudo de Felix (2019) apresenta evidências de que choques positivos de produtividade combinados com políticas fiscais expansivas, têm o potencial de reduzir a informalidade no país, destacando o fato de que relação entre tributação, fiscalização e informalidade é multifacetada, e as políticas devem ser cuidadosamente planejadas e avaliadas para minimizar possíveis efeitos colaterais indesejados. Dessa forma, em última análise, a combinação de estratégias obtidas, que incluem a redução de impostos, o fortalecimento da fiscalização e a simplificação do sistema tributário pode proporcionar um ambiente propício para o crescimento econômico sustentável e a arrecadação de impostos, beneficiando a economia e o bem-estar da sociedade.

Quanto às limitações desta pesquisa, é importante considerar a análise de outros fatores que possam influenciar a informalidade, como o capital humano, a moral fiscal e o papel das instituições, além do papel do crédito dentro da economia. Dessa forma, é interessante investigar, para trabalhos futuros, a relação entre informalidade e outros indicadores econômicos, como a desigualdade de renda e a pobreza. Outra sugestão seria a realização de estudos em diferentes setores da economia brasileira para entender melhor como as políticas tributárias e de fiscalização afetam a informalidade em cada setor. Por fim, seria importante realizar estudos comparativos entre diferentes países e regiões para entender melhor as diferenças e semelhanças na relação entre impostos e informalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, B. E.; ARAUJO, A. P. de; CAVALCANTI, T. Sistema tributário na presença de informalidade e evasão fiscal: propostas para a tributação sobre o faturamento e a folha salarial. 2014. Escola de Pós-Graduação em Economia (Projeto de Pesquisa Aplicada). Fundação Getúlio Vargas: 2014. 51f.

ANNICCHIARICO, B.; CESARONI, C. Tax reforms and the underground economy: a simulation-based analysis. *International Tax and Public Finance*, Springer, v. 25, n. 2, p. 458–518, 2018.

ARAÚJO, D.; VAZ, P. Innovation coordination failures and endogenous productivity: On the dynamic effect of misallocation. Available at SSRN 3225136, 2018.

BUEHN, A.; SCHNEIDER, F. Shadow economies around the world: novel insights, accepted knowledge, and new estimates. *International tax and public finance*, Springer, v. 19, n. 1, p. 139–171, 2012.

CASTRO, J. C. de.; FERREIRA, M. de OL.; COSTA, M. F. Estratégias de Políticas Públicas para Redução da Informalidade no Setor de Confecções: aplicação do método de análise hierárquica. *Future Studies Research Journal*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 176-196, maio/ago. 2019.

DELLAS, H. et al. Fiscal policy with an informal sector. CEPR Discussion Paper No. DP12494, 2017.

ENSTE, D. The shadow economy in industrial countries. *IZA World of Labor* 2018, v. 10.15185/izawol.127.v2, 2019.

FELIX, J. A. da S. Política fiscal e informalidade: análise de choques de produtividade por meio de um modelo DSGE para o Brasil. 2019. Centro de Ciências Sociais Aplicadas (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa: 2019. 39f.

GOMES, T. G. P. Ensaios sobre informalidade. PPGE/UFPB, 2022.

HASSAN, M.; SCHNEIDER, F. Size and development of the shadow economies of 157 countries worldwide: Updated and new measures from 1999 to 2013. [S.l.], 2016.

IBGE. PNAD Contínua. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=27282>> . Acesso em: junho de 2021.

IBRE-FGV. *Mudança no padrão de recuperação do emprego após a última recessão e sua relação com a produtividade do trabalho*. [S.l.]: Observatório da produtividade, 2020.

JESUS, D. P. de; BESARRIA, C. da N.; MAIA, S. F. The macroeconomic effects of monetary policy shocks under fiscal constrained. *Journal of Economic Studies*, Emerald Publishing Limited, 2020.

JUNIOR, C. J. C.; GARCIA-CINTADO, A. C.; USABIAGA, C. Fiscal adjustments and the shadow economy in an emerging market. *Macroeconomic Dynamics*, Cambridge University Press, v. 25, n. 7, p. 1666–1700, 2021.

LOAYZA, N. The economics of the informal sector. Policy Research Working Paper, World Bank Washington, DC, v. 1727, 1997.

MEDINA, L.; SCHNEIDER, F. Shadow economies around the world: what did we learn over the last 20 years? IMF Working Paper, 2018.

ORSI, R.; RAGGI, D.; TURINO, F. Size, trend, and policy implications of the underground economy. *Review of Economic Dynamics*, Elsevier, v. 17, n. 3, p. 417–436, 2014.

PAES, N. L. Mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito e seus efeitos sobre a informalidade no brasil. *Nova Economia*, SciELO Brasil, v. 20, n. 2, p. 315–340, 2010.

PAES, N. L.; BUGARIN, M. N. S. Reforma tributária: Impactos distributivos, sobre o bem-estar e a progressividade. *Revista Brasileira de Economia*, SciELO Brasil, v. 60, p. 33–56, 2006.

PAES, N. L.; SIQUEIRA, M. L. Reforma tributária no Brasil: uma análise dinâmica dos efeitos macroeconômicos e dos impactos sobre a distribuição de renda e o bem-estar. *Escola de Administração Fazendária (Trabalho de Conclusão de Curso)*. Ministério da Fazenda: Brasília, 2004, 80f.

PAPPA, E.; SAJEDI, R.; VELLA, E. Fiscal consolidation with tax evasion and corruption. *Journal of International Economics*, Elsevier, v. 96, p. S56–S75, 2015.

SCHNEIDER, F. Shadow economies around the world: what do we really know? *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 21, n. 3, p. 598–642, 2005.

SCHNEIDER, F.; WILLIAMS, C. The shadow economy. the institute of economic affairs. Retrieved July, v. 26, p. 2016, 2013.

TELES, V. K.; ANDRADE, J. P. Reformas tributária e previdenciária e a economia brasileira no longo prazo. *Revista Brasileira de Economia*, SciELO Brasil, v. 60, n. 1, p. 87–107, 2006.

ULYSSEA, G. Regulation of entry, labor market institutions and the informal sector. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 91, n. 1, p. 87–99, 2010.

ULYSSEA, G.; REIS, M. C. Imposto sobre o trabalho e seu impacto nos setores formal e informal. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

WORLD-BANK. *Doing business 2020*. [S.l.]: The World Bank, 2019.

CAPÍTULO 3

MICROCRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR: OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO AGROAMIGO NOS PEQUENOS AGRICULTORES NO NORDESTE BRASILEIRO

José Maria da Cunha Júnior¹⁴

Maria Renata Bezerra Melo¹⁵

Mateus Freitas de Vasconcelos¹⁶

Francisco Alves de Oliveira Filho¹⁷

INTRODUÇÃO

O Brasil devido, principalmente, a sua grande diversidade territorial e seus fatores históricos, apresenta grande desigualdade entre suas regiões, sendo as regiões Norte e Nordeste as com menores índices de desenvolvimento, posição esta que se manteve durante as últimas décadas. Segundo Amartya Sen (1992), as políticas de acesso ao crédito se apresentam como uma estratégia exitosa no que compreende o fomento ao crescimento e desenvolvimento econômico.

Complementando o estudo supracitado, Castillo (2008), ressalta que tais políticas estão se popularizando e ganhando aceitação por parte de organismos internacionais. No geral, são políticas voltadas para as regiões menos desenvolvidas, pois realizam concessões de crédito aos investimentos considerados, pelo sistema financeiro tradicional, de maior risco e menor retorno. Dessa forma, estimulariam um desenvolvimento mais equitativo entre as diferentes regiões de um país.

Diante desse cenário, em 2005, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lança o seu Programa de Microfinanças Rural, o Agroamigo, cujo objetivo principal é o de melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Dados recentes revelam a importância do Programa no que tange a assistência às populações atendidas. Na posição de fevereiro de 2024, foi registrado que o Programa aplicou mais de R\$ 34,5 bilhões desde a sua criação, compreendendo 7,61 milhões de operações contratadas, contando com mais de 1,37 milhão de clientes ativos (BNB, 2024).

Dessa forma, o Programa atende milhares de agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pertencentes a todo o Nordeste brasileiro e o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Vale ressaltar que, em 2012, o Agroamigo foi segmentado nas modalidades metodológicas “Agroamigo Crescer” e “Agroamigo Mais”, sendo a primeira destinada a operacionalizar exclusivamente o Pronaf B, que será o objeto de estudo neste capítulo.

A literatura aponta que, uma das formas de estímulo ao desenvolvimento regional, se dá, em grande parte, por políticas creditícias que são capazes de direcionar os seus Programas para as camadas mais sensíveis da sociedade, ou seja, para famílias empobrecidas que não conseguem obter empréstimos, por serem consideradas, pelo sistema financeiro tradicional, de maior risco e menor retorno. Em função desses aspectos, e do contexto de atuação do Agroamigo Crescer que atende prioritariamente a população mais empobrecida nas áreas rurais, revelou-se pertinente realizar um estudo acerca dos impactos do Programa sobre os agricultores beneficiados, pertencentes a essa modalidade.

¹⁴ CNPq/IEL/BNB. Email: junio.rj@hotmail.com

¹⁵ CNPq/IEL/BNB. Email: renatamelo.economista@gmail.com

¹⁶ CNPq/IEL/BNB. Email: mateusfvasconcelos@outlook.com

¹⁷ CNPq/IEL/BNB. Email: alveschico@ymail.com

O Agroamigo Crescer foi criado para atender agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 20 mil, que passou a ter o limite expandido para R\$ 23 mil em 2018 e, a partir de 2023, e atualmente, esse valor é de R\$ 40 mil. Tais agricultores pertencem aos grupos que explorem área de até quatro módulos fiscais e empreguem mão de obra familiar. Ademais, os clientes do Agroamigo são atendidos para desenvolver qualquer atividade geradora de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural.

Além dessa primeira avaliação, o capítulo em tela investiga a existência de um impacto diferenciado por gênero, verificando a importância do Programa enquanto um instrumento de empoderamento das mulheres, o qual redistribuiria o poder econômico, visando à promoção da independência financeira das mulheres. Malik e Luqman (2005), afirmam que, grande parte das mulheres apresentam algum grau de empoderamento advindo de políticas de concessão de crédito, seja na ascensão financeira, no aumento da autoconfiança ou, ainda, na melhoria nas relações intradomiciliares, reduzindo, inclusive, a violência doméstica.

Dessa forma, o modelo justifica-se pelo fato de que o público feminino faz parte de um dos grupos inseridos em condições de desvantagem, pois, em virtude da discriminação de gênero, tem ocupado uma situação secundária na estrutura social, inclusive no que tange à participação na economia. Logo, faz-se necessária a implementação de políticas que almejem a mitigação dessas desigualdades, econômicas e sociais, entre homens e mulheres.

O estudo faz uso da estratégia econométrica proposta por Villa (2016) e estima um modelo de Diferenças em Diferenças com objetivo de realizar uma avaliação de impacto do Programa Agroamigo, para municípios pertencentes ao Nordeste brasileiro no período que compreende os anos de 2010 a 2024, sobre a renda dos pequenos agricultores. Ressalta-se que a renda utilizada se refere a receita oriunda unicamente da atividade agropecuária. Ademais, com o objetivo de verificar efeitos heterogêneos sob a perspectiva de gênero, é realizada uma segunda estimação que leve tal hipótese em consideração.

Para o alcance do objetivo proposto, o trabalho foi organizado como segue. A seção 2 faz uma breve revisão de literatura acerca de estudos que avaliaram o Agroamigo. A seção 3 apresenta a base de dados e a estratégia econométrica empregada. Na seção 4 faz-se uma discussão dos resultados. Finalmente, a seção 5 contém as considerações finais do trabalho.

NOTAS SOBRE O AGROAMIGO

Em um dos estudos mais relevantes sobre o tema, Abramovay et al (2013) evidenciam que os agricultores beneficiados com mais tempo de exposição ao Programa (duas ou mais operações), abrangendo o período de 2006 até 2010, apresentaram aumentos no estoque de animais (18%) e crescimento na produção agrícola (28%), em comparação aos clientes entrantes (apenas uma operação) no Programa. O estudo em questão abrangeu 1.572 agricultores familiares, espalhados por mais de 80 municípios do Nordeste e do norte de Minas Gerais.

Em estudo realizado, a partir de dados para a Região Nordeste, Duarte (2017) analisa o impacto do Programa de microcrédito rural, o Agroamigo, na pobreza da Região, para os anos de 2005 a 2012. Por meio da metodologia de dados em painel, os autores encontraram resultados interessantes, como o fato de as concessões fruto do Programa Agroamigo impactarem positivamente sobre a redução da pobreza, pois o aumento de 1% de clientes atendidos pelo Programa impactou em uma redução da intensidade de pobres em 0,034%. Além disso, os resultados apontam para o fato de os anos médios de estudos impactarem, também, sobre a redução da pobreza, assim como a concentração de renda, medida pelo coeficiente de Gini, impacta de maneira positiva sobre o índice de pobreza.

No tocante ao perfil dos agricultores, no que tange a questões produtivas e mercadológicas, Alves et al (2018) testam a hipótese de que, em relação à concentração do crédito em atividades

pecuárias, esses agricultores mantêm uma produção diversificada, como estratégia para garantir a manutenção das famílias, sendo parte dessa estratégia a decisão de tomar crédito prioritariamente para a pecuária. Para cumprir o objetivo do trabalho, os autores consideram a estatística descritiva, a partir de uma pesquisa de campo de 2012 e uma base de dados dos clientes ativos do Agroamigo nos anos 2010 a 2016, além do Censo Agropecuário 2006. Seus achados confirmam a produção diversificada, a partir da adoção de uma série de estratégias para superar as condições precárias de acesso à terra, tecnologia, infraestrutura de produção e renda.

Sobre a sustentabilidade dos agricultores beneficiados, Silva et al (2019) fazem uso do Índice de Sustentabilidade (IS) para avaliarem o Município de Jardim, no Ceará. O estudo se dá por meio de informações primárias, mediante aplicação de questionários com 66 beneficiários e 66 não beneficiários, e a análise é feita em quatro subíndices, a saber: Índice de Desenvolvimento Econômico Social (IDES), Índice de Capital Social (ICS), Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA) e Índice Político-Institucional (IPI). Os autores, com base em seus resultados, afirmam que o IDES se apresentou como mais relevante, com maior destaque para os indicadores Habitação e Econômico, e menos expressivo para o indicador Educação. Ademais, o IDA se mostrou mais preocupante entre os grupos e, por fim, o grupo com os agricultores beneficiados pelo Agroamigo se mostrou superior, considerando os índices ICS e IPI.

Em Casimiro et al (2021), os autores, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, investigam a importância do Programa Agroamigo para a economia do município cearense de Iguatu. De acordo com o exposto em seus resultados, os autores concluem que o Agroamigo tem dado uma importante contribuição na qualidade de vida das famílias beneficiadas através da agricultura familiar, possibilitando aos pequenos agricultores serem atendidos em suas próprias localidades, além de terem acompanhamento e orientações especializadas em suas atividades rurais.

Por fim, Cunha et al (2023), analisam a relação entre a concessão do Agroamigo e o desenvolvimento econômico, representado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Para cumprir seus objetivos, os autores fazem uso da estimação de um Vetor Autorregressivo para Dados em Painel (PVAR), abrangendo 1.626 municípios do Nordeste e norte de Minas Gerais, no período de 2010 a 2016. Em conjunto, os resultados encontrados apontam para uma resposta positiva e estatisticamente significativa, no curto prazo, advindo de choques do Agroamigo sobre o IFDM, no qual nos primeiros períodos (aproximadamente 1 ano), os repasses do microcrédito rural parecem expandir o bem-estar social nos municípios analisados.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base em dados secundários do cadastro socioeconômico do Agroamigo, constantes no sistema de gerenciamento do Banco do Nordeste, e engloba clientes do Programa em dois momentos: o primeiro na entrada do Programa (antes); e o segundo por ocasião do último empréstimo tomado junto ao BNB (depois), totalizando 442.766 observações, entre o período de 2010 e 2024.

Foi utilizada a estratégia metodológica, que visa à medição de impactos e melhoria de desempenho institucional em microfinanças, proposta pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio do projeto *Assessing the Impacts of Microenterprise Services* (AIMS). Assim, seguiu-se a recomendação da comparação entre os clientes atuais e os clientes entrantes (*incoming clients*), que parte do pressuposto de que, “aqueles que escolheram participar do Programa, tanto clientes antigos quanto novos entrantes, são similares em características demográficas, motivação, experiências de negócios e espírito empreendedor”, ou seja, oferecem um grupo de comparação facilmente identificado. (Nelson, 2004).

Dessa forma, o primeiro grupo, denominado de controle, é composto por aqueles que tomaram até dois empréstimos do Agroamigo, enquanto o segundo, chamado de tratamento, é composto por aqueles clientes que tomaram mais de dois empréstimos. O objetivo foi captar as diferenças entre o primeiro e o último empréstimos para verificar o efeito do microcrédito na renda de seus beneficiários.

Base de Dados

A análise descritiva tem como objeto a comparação, não somente entre os grupos tratados e controle, mas também entre os gêneros dos clientes em relação às principais variáveis monetárias e categóricas da amostra. Ademais, os valores monetários foram atualizados, utilizando-se o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado para dezembro de 2023.

Essa base possui informações de dois momentos de cada cliente no Programa, o primeiro contendo as informações iniciais dos clientes (situação na entrada do Programa) e o segundo contendo a situação final dos clientes (situação após a exposição ao Programa).

Tabela 1 - Caracterização geral dos clientes do Agroamigo

Variável	Discriminação	Controle	Tratamento	Total
Renda Agro (mensal)	Média (DP)	554,3 (1,11)	624,63 (5,621)	560,4 (1,128)
Renda Não Agro (mensal)	Média (DP)	47,87 (0,27)	52,75 (1,01)	48,29 (0,27)
Gênero	Mulheres	204.145	19.354	223.499 (50,5%)
	Homens	200.200	19.067	219.267 (49,5%)
Idade	Média (DP)	38 (0,22)	37 (0,07)	37 (0,21)
Estado Civil	Casado(a)	153.696	13.053	166.749 (37,6%)
	Solteiro(a)	238.156	24.033	262.189 (59,2%)
	Outros(a)	12.493	1.335	13.828 (3,2%)
Faixa Etária	Entre 18 e 24 anos	84.331	8.227	92.558 (21%)
	Entre 25 e 34 anos	106.439	10.567	117.006 (26,5%)
	Entre 35 e 44 anos	87.463	8.248	95.711 (21,6%)
	Entre 45 e 54 anos	66.023	6.072	72.095 (16,2%)
	Acima de 54 anos	60.089	5.307	65.396 (14,7%)
Grau de Escolaridade	Analfabeto	10.853	979	11.832 (2,6%)
	Alfabetizado	63.942	5.705	69.647 (15,8%)
	Fundamental			
	Completo	213.598	20.976	234.574 (53%)
	Médio Completo	108.042	10.054	118.096 (26,6%)
	Superior Completo	7.910	707	8.617 (2%)
Total N (%)		404.345 (91,3%)	38.421 (8,7%)	442.766 (100,0%)

Fonte: Base de dados do Agroamigo, 2023.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que caracterizam os agricultores tomadores de crédito. As variáveis analisadas mostraram-se significantes para descrever a mudança nas condições de vida dos clientes do Programa, sendo expressas em cada um dos grupos descritos anteriormente (tratamento e controle), assim como para toda a amostra.

Com base na Tabela 1, percebe-se que, em média, para a amostra total, a renda mensal oriunda das atividades agropecuárias é de R\$560,40, enquanto a renda oriunda de outras fontes corresponde a R\$48,29. Esse resultado reforça a importância da atividade agropecuária para esse público, o qual, de

fato, representa a sua principal fonte de renda. Para se ter uma ideia, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos familiares seria para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor, ou seja, para a subsistência (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 2 - Características dos clientes do Agroamigo (por gênero)

Variáveis	Mulheres	Homens	Total
Renda Agro	R\$ 534,96	R\$ 586,35	R\$ 560,41
Renda Não Agro	R\$ 49,51	R\$ 47,05	R\$ 48,29
Faixa Etária			
Entre 18 e 24 anos	49.740 (53,7%)	42.818 (46,3%)	92.558 (21%)
Entre 25 e 34 anos	61.457 (52,5%)	55.549 (47,6%)	117.006 (26,5%)
Entre 35 e 44 anos	47.964 (50,1%)	47.747 (49,9%)	95.711 (21,6%)
Entre 45 e 54 anos	36.053 (50%)	36.042 (50%)	72.095 (16,2%)
Acima de 54 anos	28.285 (43,3%)	37.111 (56,7%)	65.396 (14,7%)
Grau de Escolaridade			
Analfabeto	3.823 (32,4%)	8.009 (67,6%)	11.832 (2,7%)
Alfabetizado	30.353 (43,6%)	39.294 (56,4%)	69.647 (15,8%)
Ensino Fundamental	114.24 (48,7%)	120.32 (51,3%)	234.574 (53%)
Ensino Médio	68.994 (58,4%)	49.102 (41,6%)	118.096 (26,6%)
Ensino Superior	6.082 (70,5%)	2.535 (29,5%)	8.617 (1,9%)
Estado Civil			
Casado	80.603 (51,6%)	86.146 (48,4%)	166.749 (37,6%)
Solteiro	134.05 (48,8%)	128.13 (51,2%)	262.189 (59,3%)
Outros	4.606 (66,6%)	9.222 (33,4%)	13.828 (3,1%)
Observações	223.499	219.267	442.766

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da base de dados dos clientes do Agroamigo.

Ademais, a amostra utilizada possui um quantitativo bem semelhante do número de clientes pertencentes ao sexo masculino (49,5%) e feminino (50,5%), com uma faixa etária bem distribuída, sendo 37 anos a média de idade, e com mais da metade dos clientes tendo apenas o ensino fundamental completo (53%).

Em observância às características dos clientes (Tabela 2), divididos por gênero, os dados revelam grupos estatisticamente parecidos, porém com uma considerável disparidade educacional, na qual as mulheres representam 58,4% dos agricultores com ensino médio completo e 70,5% dos clientes que possuem ensino superior completo, somado a isso, os homens representam 67,6% dos agricultores analfabetos.

Tal estatística chama atenção para o fato de que, mesmo com essas diferenças de níveis de escolaridade, as mulheres ainda detêm uma renda média inferior (R\$ 534,96), não só em comparação aos homens (R\$ 586,35), mas também em comparação à média total da amostra (R\$ 560,41), o que pode vir a indicar uma persistente desigualdade de gênero. Tal resultado corrobora com a pesquisa realizada pelo IDados (2022), a qual compara mulheres com homens, ambos com o mesmo nível de escolaridade, faixa etária, raça e pertencentes ao mesmo setor de atividade e agrupamento ocupacional, e verifica-se que os homens ganham, em média, 20% a mais.

Ademais, tem-se que a idade dos clientes não apresentam diferenças expressivas, ficando em grande proporção na faixa dos 25 a 44 anos. É possível verificar o mesmo acerca do estado civil dos

clientes, em que a proporção de mulheres casadas (51,6%) e homens casados (48,4%), e de mulheres solteiras (48,8%) e homens solteiros (51,2%), é relativamente parecida. De fato, as maiores disparidades são encontradas nas rendas e nos níveis de escolaridade entre os dois grupos.

Estratégia Econométrica

A estratégia econométrica adotada se baseia na realização de uma análise controlada da evolução das variáveis ao longo do tempo, utilizando a metodologia de Diferenças em Diferenças (*diff-in-diff*), a fim de investigar o impacto socioeconômico do Programa sobre os seus beneficiários, e testar a hipótese de que há um impacto heterogêneo por gênero.

Assim, primeiramente, estima-se um modelo sobre as condições socioeconômicas dos clientes do Agroamigo, antes e depois do tratamento. O objetivo desse modelo é capturar os efeitos da concessão de empréstimos sobre a renda do agricultor familiar. Ressalta-se que, tal renda é exclusivamente advinda de atividades agropecuárias. Além do impacto geral do Programa, também são realizados recortes para verificar os impactos separados por gênero, ou seja, o impacto da política comparando apenas as mulheres e apenas os homens. Nesse caso, o objetivo é investigar o efeito diferenciado por gênero.

As variáveis de controle introduzidas neste estudo são: faixa etária, escolaridade e o estado civil. Além disso, em vista da busca pelo efeito proporcional sobre a renda do agricultor, foi aplicado o operador logarítmico sobre esta variável, formando, assim, um modelo do tipo Log-Lin.

O Modelo de Diferenças em Diferenças consiste na dupla diferença de médias entre tratados e não tratados antes e depois do tratamento. A hipótese central é que o comportamento do grupo de controle mimetiza a trajetória dos tratados na ausência do tratamento, ou seja, a intervenção desviaria a trajetória do indicador de resultado, de modo que a distância com relação ao controle indicaria a magnitude do impacto do tratamento. De forma geral, o estimador de diferenças em diferenças pode ser escrito como (Villa, 2016):

$$DD = \{E[Tratamento = 1; Tempo = 0; X] - E[Tratamento = 0; Tempo = 0; X]\} - \{E[Tratamento = 1; Tempo = 1; X] - E[Tratamento = 0; Tempo = 1; X]\} \quad [1]$$

Onde Y é indicador de impacto considerado *Tratamento*; é uma variável dicotômica que assume valor 1 se o cliente pertence ao grupo tratado e 0; caso contrário, *Tempo*, por sua vez, é uma *dummy* que assume valor 0 (zero) no *baseline*, e igual a 1 (um) no período posterior à mudança. Enquanto X representa um vetor de características observadas. Assim, DD pode ser interpretado como o efeito médio do tratamento sobre os tratados, sob a hipótese de que o grupo de controle retrata o contrafactual, isto é, representa o resultado dos clientes que realizaram apenas 2 operações. O modelo de DD pode ser especificado como um modelo de regressão linear, conforme a seguinte especificação:

$$Y_{i,t} = \alpha + \gamma_1 Tratamento + \gamma_2 Tempo + \delta (Tratamento * Tempo) + \beta X_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [2]$$

$$Y_{i,t} = \alpha + \gamma_1 Tratamento + \gamma_2 Tempo + \delta (Tratamento * Tempo * gênero) + \beta X_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [3]$$

Sendo o efeito causal da política aferido pelo parâmetro da interação entre tempo e tratamento, δ ; o efeito diferenciado por gênero, sendo captado pelo parâmetro de interação entre tempo, tratamento e *dummy* para sexo e; o parâmetro ε , denota um termo de erro.

EVIDÊNCIAS SOBRE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA AGROAMIGO

Nesta seção, apresentam-se os resultados encontrados a partir das estimações dos modelos de Diferença-em-Diferenças sobre as condições socioeconômicas dos pequenos agricultores beneficiados pelo Programa Agroamigo, antes e depois do tratamento, em sua totalidade e segmentados por gênero. O objetivo é capturar os efeitos da concessão ao microcrédito sobre a renda derivada da atividade agropecuária. As variáveis de controle empregadas são: faixa etária, escolaridade e estado civil.

Modelo Geral

Tabela 3 – Estimação do Modelo Geral

Variável	Coefficiente	Desvio-Padrão
18 a 24 anos	-0,092***	0.005
25 a 34 anos	0.015***	0.005
35 a 44 anos	0.036***	0.005
45 a 54 anos	0.010***	0.006
acima de 54 anos	0.06***	0.001
Analfabeto	-0,12***	0.011
Alfabetizado	0.048***	0.011
Ens. Fundamental	0.144***	0.011
Ens. Médio	0.153***	0.012
Ens. Superior	0.208***	0.017
Casado	0.098***	0.001
Solteiro	0.046***	0.001
Renda Agro (logaritmo)	Coefficiente	Desvio-Padrão
Antes		
Controle	7.903	
Tratamento	7.795	
Diff (T-C)	-0.108***	0.008
Depois		
Controle	8.017	
Tratamento	8.077	
Diff (T-C)	0.059***	0.009
Diff-in-Diff	0.168***	0.012

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Como pode ser visto na Tabela 3 antes postada, os resultados apontam para um efeito importante do Agroamigo sobre a capacidade das famílias gerarem renda por meio de atividades agropecuárias. Quando se comparam os agricultores com mais tempo de exposição ao Programa com recém-ingressantes, os resultados mostram que os primeiros tiveram um acréscimo médio de 16,8% na sua renda mensal.

Além disso, percebe-se que há uma relação direta entre os níveis de escolaridade e o aumento na renda dos pequenos agricultores, ou seja, quanto maior o nível de instrução do agricultor, maiores serão os acréscimos em sua renda fruto da atividade agropecuária. Ressalta-se, porém, que essa informação não é válida para a variável “analfabeto”, a qual afeta negativamente a prosperidade financeira dos agricultores beneficiados.

No que concerne a idade dos agricultores, todos resultados também se mostraram estatisticamente significantes, mas não há um padrão bem definido, embora a faixa mais nova (18 a 24

anos) tenha sido o único intervalo que apresentou uma relação inversa com a variável em análise. Uma suposição inicial seria a de que esse público mais jovem ainda não teria adquirido experiência suficiente para desempenhar o trabalho agropecuário de maneira mais eficiente, em comparativo ao público de faixas superiores (25 anos ou mais).

Por fim, o fato do agricultor ser casado apresentou um impacto maior, comparativamente aos solteiros, talvez por indicar que haveria, no mínimo, uma pessoa a mais para ajudar nas tarefas agropecuárias, o que também é uma suposição.

Análise por quartis

Um aspecto importante na concessão de microcrédito é o alcance de tal política aos mais pobres que, devido à dificuldade de acesso ao crédito nos bancos tradicionais, tem sido apontado como público-alvo no que concerne o estímulo a autossustentabilidade, visando à redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Tabela 4 – Resultados por quartil

Variável	Coefficientes
Faixa etária	0.049*** (0.003)
Escolaridade	0.068*** (0.005)
Casado	0.118*** (0.019)
Solteiro	0.035* (0.019)
Renda Agro (logaritmo)	Coefficiente
Diff-in-Diff	
25%	0.289*** (0.01)
50%	0.222*** (0.01)
75%	0.033*** (0.09)

Elaborado pelos autores.

Os resultados dispostos na Tabela 4 apontam para um impacto do Agroamigo de, aproximadamente, 29% sobre a renda agropecuária dos mais pobres (25% da distribuição). Ao longo da distribuição, os impactos do Programa se reduzem gradativamente, passando para 22,2% e, depois, para 3,33%, nos quartis 0,50 e 0,75, respectivamente. Ressalta-se, aqui, que todos os resultados supracitados foram estatisticamente significantes a 1%.

Dessa forma, conforme é apontado por Neri (2001), os Programas de microcrédito tendem a se tornarem mais eficazes à medida que potencializam sua capacidade de estimular e adequar o potencial empreendedor dos mais pobres aos mercados regionais, via expansão de suas rendas.

Modelo diferenciado por gênero

Dando continuidade à análise, na Tabela 5 são apresentados os resultados das estimações a qual verifica os impactos diferenciados por gênero, ou seja, nesse modelo são comparados os impactos do Agroamigo unicamente sobre controle e tratados do gênero feminino e, na segunda coluna, os

resultados acerca da mesma análise, porém para o público masculino. O objetivo desse modelo é averiguar se o impacto do Programa Agroamigo sobre a renda agropecuária é diferenciado por gênero. Para tal, recorre-se à interação da variável sexo, da variável tempo (última operação) e da *dummy* identificadora dos tratados, ou seja, apenas os clientes que efetuaram pelo menos dois empréstimos.

Tabela 5 – Estimação do modelo diferenciado por gênero

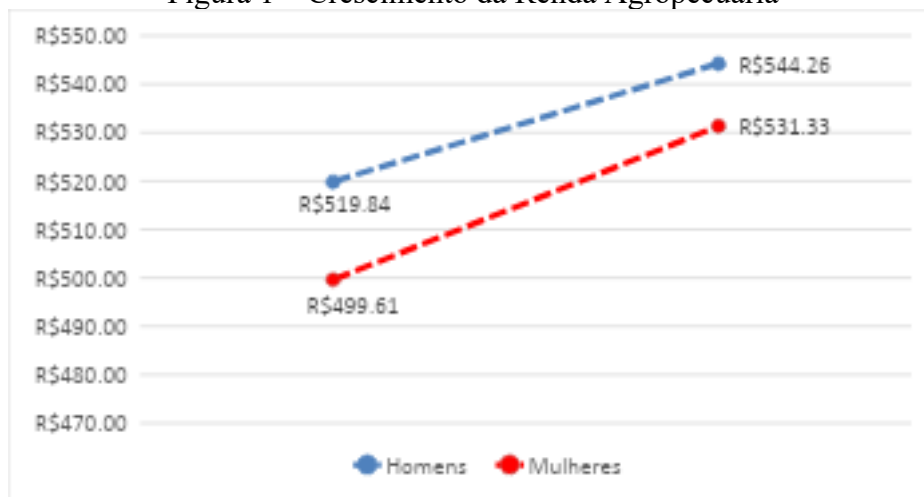
Variável	Mulheres	Homens
18 a 24 anos	-0.082*** (0.006)	-0.105*** (0.006)
25 a 34 anos	0.017*** (0.006)	0.061*** (0.007)
35 a 44 anos	0.040*** (0.007)	0.125*** (0.008)
45 a 54 anos	0.012*** (0.008)	0.149*** (0.009)
acima de 54 anos	0.052*** (0.008)	0.181*** (0.01)
Analfabeto	-0.136*** (0.019)	-0.092*** (0.013)
Alfabetizado	0.067** (0.02)	0.044*** (0.014)
Ens. Fundamental	0.157*** (0.019)	0.144*** (0.014)
Ens. Médio	0.164*** (0.02)	0.171*** (0.015)
Ens. Superior	0.225*** (0.024)	0.232*** (0.027)
Casado	0.115*** (0.01)	0.033** (0.018)
Solteiro	0.029*** (0.013]	0.012 (0.018)
Renda Agro (logaritmo)	Coefficiente	Desvio-Padrão
Antes		
Controle	8.256	7.989
Tratamento	8.143	7.878
Diff (T-C)	-0.114*** (0.012)	-0.111*** (0.012)
Depois		
Controle	8.322	8.102
Tratamento	8.387	8.152
Diff (T-C)	0.065*** (0.013)	0.050*** (0.013)
Diff-in-Diff	0.176*** (0.018)	0.161*** (0.018)

* p < 0.1, ** p < 0.05, *** p < 0.01

Em relação à renda oriunda da atividade agropecuária, os resultados encontrados foram estatisticamente significantes ao nível de 1% e vale ressaltar que foi aplicado o operador logaritmo na variável dependente, logo, o modelo deve ser interpretado como log-linear, e ser expresso como porcentagem. Os resultados mostram uma expansão da renda das agricultoras familiares em, aproximadamente, 17,6%, enquanto para o público masculino, esse crescimento foi, em média, de 16,1%. Tal resultado se mostra muito importante para a pesquisa, pois mesmo que as mulheres, ao entrarem no Programa, apresentem, em média, rendas menores, quando comparadas aos homens, seus resultados são melhores, no que tange à taxa de crescimento alcançada.

A obtenção de pelo menos dois empréstimos junto ao Programa Agroamigo traz impactos positivos nos rendimentos dos agricultores familiares, a exemplo da receita oriunda das atividades agropecuárias. Em valores absolutos, os diferenciais monetários entre gêneros se mostram maiores para os homens, porém, tal resultado ocorre devido à disparidade encontrada em seus valores iniciais. Na Figura 1, pode-se observar que tais disparidades iniciais são mitigadas após a continuidade no Programa, dado pelas renovações das operações.

Figura 1 – Crescimento da Renda Agropecuária



Fonte: Elaborada pelos autores.

Aqui, ressalta-se que, como destacado por Morduch (1999), autores de múltiplas tendências ideológicas concordam no apontamento do microcrédito como uma oportunidade de promoção ao empoderamento feminino. Tais autores argumentam que o empoderamento financeiro das mulheres, enquanto agentes produtivos, as beneficiam por meio do aumento de seu poder econômico e político e, conseqüentemente, geram benefícios à sociedade como um todo, pois as conseqüências dessas melhorias estão vinculadas a fatores como a redução da pobreza, do analfabetismo, das taxas de mortalidade, além da elaboração de planejamento familiar (Sen, 1992).

Tal fato ajuda a solidificar a crescente relação entre desenvolvimento econômico e igualdade de gênero, apontando para o fato de que os impactos desse tipo de Programa vão além do estímulo mercadológico, agindo, também, como política de fomento do empoderamento econômico feminino.

Por fim, acerca das demais variáveis utilizadas como controle, segue uma análise parecida com a da subseção anterior, pois os resultados foram semelhantes, a mudar a magnitude. No tocante ao nível de escolaridade, há uma relação muito bem definida acerca dos impactos sobre a renda dos agricultores, na qual maiores níveis de escolaridade impactam positivamente na expansão da renda. Além disso, vale ressaltar o sinal de negativo sobre a faixa de escolaridade analfabeto, o que sugere uma relação inversa com a variável dependente, ou seja, seria um fator que contribui negativamente com a renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os impactos do Agroamigo sobre os agricultores beneficiários, por meio da estimação de um modelo de *Diff-in-Diff*, que compara as mudanças no tempo nas variáveis de interesse, entre o grupo de tratamento e o grupo de controle. Em conjunto, os resultados das estimações sugerem que a continuidade no Programa, dado pelas renovações das operações, proporciona ao agricultor, em média, uma expansão de, aproximadamente, 17% em sua renda, e que também é impactada positivamente por maiores níveis de escolaridade.

Outro resultado importante, e que vale ser destacado, é o impacto sobre a parcela mais pobre da amostra. Em específico, foi avaliado o impacto sobre os agricultores pertencentes ao primeiro quartil (25% da distribuição), os quais parecem ser mais sensíveis aos resultados do Programa, o qual, nessa faixa, representou um impacto médio de, aproximadamente, 29%. No segundo quartil, a mediana, vemos também um impacto relevante, de 22,2%.

Sobre o impacto diferenciado por gênero, os resultados apresentam-se de forma positiva, no que concerne ao empoderamento financeiro das mulheres, as quais, apresentam algumas disparidades nas condições iniciais. Mesmo representando a maioria dos agricultores com níveis de escolaridades mais elevados, as mulheres ainda detêm uma renda média inferior em comparação com a renda dos homens. No entanto, os resultados encontrados mostram um crescimento maior para o público feminino (17,6%) em comparação ao crescimento experimentado pelos homens (16,1%), o que reduz as desigualdades iniciais de renda entre os dois grupos.

Segundo Schiochet (2000), há um benefício mútuo entre as instituições de microfinanças e as mulheres, as quais além de representarem a maioria no universo de tomadores de crédito, respondem também ao grupo menos inadimplente. Tal resultado é apontado como consequência de três fatores: 1) as mulheres encontram-se em uma situação de maior exclusão; 2) as mulheres investem seus recursos para melhorar as condições de vida do grupo familiar e; 3) as mulheres tendem a pensar mais no futuro, quando comparadas aos homens (Schiochet, 2000). Dessa forma, o Agroamigo parece se adequar como uma relevante estratégia de empoderamento econômico feminino, indo além de uma política de geração de renda e manutenção de negócios.

Por fim, não seria razoável imaginar que um programa de microcrédito – mesmo que voltado diretamente a populações de baixa renda no meio rural – seja suficiente para retirar da pobreza os agricultores por ele beneficiados. Porém, os resultados aqui encontrados, afirmam a literatura, apontando o Agroamigo como uma política exitosa no que tange a importantes impactos econômicos sobre a vida das famílias beneficiadas, assim como um instrumento relevante no que compete ao empoderamento econômico feminino, corroborando as experiências internacionais de sucesso como o Grameen Bank (Bangladesh), *Women's World Banking* (Colômbia), o *Pro Mujer* (Bolívia) e o FINCA (atua em 21 países na América Latina, Eurásia, Ásia Central e África).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa. 2012.

ALVES, Maria Odete; DE FÁTIMA VIDAL, Maria; GONÇALVES, Marcos Falcão. Produção, Mercado e Crédito: Dinâmica da Agricultura Familiar Nordestina Enquadrável no Agroamigo. In: **CONGRESSO SOBRE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**.

BNB, Banco do Nordeste do Brasil. Sobre o Agroamigo, 2024. disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>.

CASIMIRO, Josefa Catia Gomes; et al. Evolução e participação do Programa Agroamigo na Agricultura Familiar do Município de Iguatu, Estado do Ceará, Brasil, no Período de 2010 a 2015. Research, **Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e52210817447-e52210817447, 2021.

CASTILLO, A. D. M. El microcrédito como instrumento para el alivio de la pobreza: ventajas e limitaciones. **Cadernos de Desenvolvimento Rural**. Bogotá/Colômbia, v.5, n. 61, p. 93-110, jul./dic. 2008.

CUNHA, José Maria da et al. Uma nota sobre a avaliação do Programa Agroamigo através de Modelos Autoregressivos Vetoriais em Painel. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e092023, 2023.

DUARTE, Sílvia Patrícia da Silva; COSTA, Edward Martins; ARAÚJO, Jair Andrade. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste brasileiro: Uma avaliação a partir do programa Agroamigo. *Revista Espacios*, Caracas, v. 38, n. 8, p. 6-15, 2017.

IBGE/SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IDADOS. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 09/08/2022.

MALIK, Niaz Hussain, and MUHAMMAD Luqman. "Impact of Micro Credit on women empowerment: A review paper." *Pakistan Journal of Agriculture Science* 42.3-4 (2005): 100-105. Acesso em: 04 de setembro de 2022.

MORDUCH, Jonathan. The role of subsidies in microfinance: evidence from the Grameen Bank. *Journal of development economics*, v. 60, n. 1, p. 229-248, 1999.

NELSON, Candace. Learning from Clients Assessment Tools for Microfinance Practitioners. *AIMS*, 2004.

NERI, M. C. Mapa de ativos: combate sustentável à pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, IBRE, CPS, 2001.

SEN, Amartya. Inequality reexamined. Oxford University Press, 1992.

SILVA, Sergio Erlane Santos; DE SOUSA, Eliane Pinheiro. Efeitos do programa de microcrédito rural Agroamigo sobre a sustentabilidade dos agricultores familiares no município de Jardim, Ceará. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, p. 57-74, 2019.

VILLA, Juan M. diff: Simplifying the estimation of difference-in-differences treatment effects. *The Stata Journal*, v. 16, n. 1, p. 52-71, 2016.

CAPÍTULO 4

O DINHEIRO E A MODERNIDADE SOCIAL MANIFESTAS NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR ENTRE SIMMEL E MINSKY

William Gledson e Silva¹⁸

INTRODUÇÃO

A economia e sociedade capitalistas apresenta um grau elevado de complexidade nas suas diversas relações, ou seja, torna-se cabível perceber nuances envoltas no circuito das trocas, em outras palavras, o mercado enquanto instituição social revela semelhante ambiente propício ao entendimento aqui admitido, notadamente na tentativa de complementariedade entre Simmel e Minsky.

Lourenço (2006), Silva e Ferreira (2023) e Carvalho et al. (2024) mostram trabalhos que tangenciam os enfatizados autores, de um lado Simmel clássico da sociologia e de outro Minsky teórico da análise da financeirização capitalista, cujas abordagens consideradas trazem a perspectiva contributiva marcada pela busca em relacionar complementarmente aspectos dissipares, porém com potencial vinculatorio, particularmente no terreno do dinheiro.

Simmel (2014) explicita, inicialmente, que há um contexto intertemporal relevante associado aos períodos medieval e moderno, onde a relação do indivíduo e o objeto que dele procede demonstram nuances comportamentais sintomáticas, de um lado os traços medievais mostram uma ligação dos agentes/atores a terra e na modernidade capitalista ocorre uma separação/autonomização entre o homem e o objeto de seu trabalho, sendo imposto o intermediário denominado de dinheiro.

Com efeito, Simmel (2013) traz um conceito acerca do dinheiro que é emblemático, quer dizer, a impessoalidade repousante neste elemento peculiar e de suma importância para a modernidade capitalista revela notável condição de quantificação envolta nas características básicas da moeda relacionadas com a manifestação do caráter meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, na leitura de Silva e Moura (2023),, cujos desdobramentos sociais exprimem perda cultural de sentido.

Acrescente-se, via de regra, que Simmel (2005) assevera haver a existência de uma dicotomia relativa às pequenas vis-à-vis grandes cidades, onde essas últimas circunscrevem emergir contornos vinculados à perda de sentido, ou seja, dada ampliação dos chamados intermediários decorrentes da separação do indivíduo e o objeto por ele produzido, necessariamente, nota-se que o espírito mencionado traduz um distanciamento representativo e capaz de imputar ao dinheiro uma condição meramente quantitativa, conforme resgatam em Simmel Silva e Ferreira (2023).

Adicionalmente, os autores supracitados admitem coexistir em Georg Simmel nuances bastante diversas entre os espíritos citadinos considerados, na perspectiva das pequenas cidades é observável evidências da economia monetária ligada a um sistema de trocas cuja qualidade das relações expressa mais sentido comparativamente à nulidade de sentido nas grandes cidades, atribuindo a semelhante dimensão de espírito um conceito sintomático associado à ideia de vida nervosa.

Simmel (2005), a rigor, exprime a ideia de um frenesi social, particularmente nas grandes cidades, onde os atores/agentes exibem freneticamente seus comportamentos céleres, cujo sentido vai se perdendo à medida que a modernidade produz novos aspectos tecnologicamente sintomáticos, a exemplo do avanço dos meios de comunicação, inovações nas formas de ganhos de dinheiro,

¹⁸Professor do Departamento de Economia/CAA/UERN e do Programa de Pós-Graduação em Economia/FACEN/UERN

ampliação da impessoalidade e fortalecimento da invisibilidade individual em especial para aqueles desprovidos de poder aquisitivo.

O conceito antes mencionado adquire contornos relevantes na leitura de Silva e Ferreira (2023), ou seja, os autores descrevem uma sociedade capitalista envolta na expressiva velocidade e consequente descarte das coisas, cuja síntese realizada no trabalho enfatizado procura aproximar Georg Simmel e Zygmunt Bauman, cuja sistemática teórica revela indivíduos cada vez mais “líquidos” com o estabelecimento de relações gradualmente frágeis.

Silva e Ferreira (2023), igualmente, buscam vincular Simmel com Schumpeter, ou seja, o esforço analítico denota uma clara associação em combinar uma modernidade capitalista tão frenética e o conceito de “destruição criativa” que impõe aos atores/agentes a necessidade de demandar itens (mercadorias) significativamente mais céleres em seus ciclos de vida.

O argumento chancela ocorrer, via de regra, que a teoria schumpeteriana aponta para uma tendência da economia e sociedade capitalistas amalgamadora de um processo de inovação tecnológica e organizacional, onde as grandes corporações desenvolvem diferenciações frequentes e cada vez com maior celeridade no sentido do avanço das técnicas produtivas e mercadorias envoltas em destaques diferenciadores entre os produtos postos no circuito das trocas, construindo um cenário extremamente breve no ciclo de vida dos bens inseridos no mercado.

Afinal, as breves considerações apontadas na leitura de Georg Simmel, particularmente apoiadas no terreno analítico sobre o dinheiro, na verdade, semelhante contorno permite a tentativa do estabelecimento de uma relação com vistas ao alcance de uma síntese, a saber: a financeirização de Hyman Philip Minsky.

Assim, a busca por uma articulação complementar entre Simmel e Minsky decorre, em princípio, da percepção de que o dinheiro na sociedade capitalista perde sentido culturalmente, mas há um passo não explorado na sociologia de Georg Simmel que Minsky (1986) se debruça, a qual está associada ao terreno da financeirização econômica, cujo rótulo decorre da denominada Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF).

Lourenço (2006) e Carvalho et al. (2024) realizam uma recuperação do pensamento deste teórico da economia, cuja primeira observação procede da chamada HIF, onde se assume haver fases alternadas no sistema capitalista, uma próspera marcada pela contínua demanda dos atores/agentes na busca por ativos financeiros, ocorrendo um momento de crise caracterizada pela tentativa em vender tais ativos, correspondendo a um frenético movimento contínuo na perspectiva dos ganhos individuais.

Antes, porém, Silva e Moura (2023) mostram que no sistema econômico há tendências dos atores/agentes em procurarem maximizar os ganhos, de sorte que a literatura revisitada pelos autores de natureza da síntese neoclássico-keynesiana demonstra existir o conceito de eficiência marginal do capital, no qual os lucros esperados caso estejam superiores aos juros vigentes na economia ocorre uma tendência a um acréscimo na esfera produtiva, sendo contrário o fato dos lucros esperados serem menores ou iguais aos juros vigentes, correspondendo a um aspecto crucial nesta análise.

Com quanto, o movimento então descrito chancela haver uma razão factível para que os indivíduos demandem ativos financeiros, onde o comportamento rentista individual revela que a obtenção de maiores quantias em dinheiro (mesmo sendo esse sujeito a flutuações especulativas), a rigor, tal cenário denota proceder das ideias de Minsky (1986) um traço sintomático capaz de sumarizar uma relação não desprezível com Simmel no terreno do dinheiro.

De forma mais clara, os atores/agentes devem optar por ativos financeiros dado que a taxa de retorno sobre o dinheiro aplicado e o tempo necessário a semelhante realização do movimento rentista, fundamentalmente é inferior ao esperado com eventuais investimentos produtivos, daí ser central admitir a ideia de eficiência marginal do capital enquanto elemento explicativo para que se alcance o terreno financeiro aqui assumido.

Portanto, os realces até então discutidos, a rigor, permitem a formulação da seguinte hipótese: supõe-se que as leituras de Georg Simmel e Hyman Philip Minsky denotam certo grau de complementaridade no sentido do dinheiro na sociedade e economia capitalistas em exprimir um

quantitativismo com nulidade de sentido cultural e que tende a repercutir instavelmente no comportamento dos atores/agentes mundialmente.

Os objetivos do capítulo decorrem, na verdade, da tentativa em analisar a possibilidade de complementaridade entre os traços do dinheiro em Simmel no tocante à perda de sentido cultural na modernidade capitalista e as instabilidades financeiras cíclicas de Minsky, procurando estabelecer uma síntese explicativa ainda que sumária.

Metodologicamente, pretende-se a partir de uma revisão da literatura sistematizar, preliminarmente, uma tentativa de complementaridade entre o conceito de dinheiro em Simmel e os desdobramentos deste aporte teórico como comportamento do sistema econômico em sua face financeira manifesta na HIF de Minsky.

Portanto, este trabalho está dividido em mais 4 seções além desta introdução. A seguir são discutidos alguns aspectos conceituais relevantes de Simmel; na sequência é preocupação descrever a HIF imputada a Minsky; posteriormente, almeja-se construir uma síntese de complementaridade entre os autores aqui destacados, reservando ao término o desenho das considerações finais.

NOTAS TEÓRICAS SOBRE O DINHEIRO EM GEORG SIMMEL

Este tópico pretende examinar, ainda que de forma bastante sumária, alguns esclarecimentos teóricos da ideia de dinheiro em Georg Simmel, particularmente, apoiando-se na denominada modernidade social capitalista, especialmente com base no espírito das grandes cidades, o qual reúne elementos conceituais emblemáticos para um alicerce capaz de viabilizar a complementariedade aqui esperada.

Parte-se, em princípio, que o espírito das grandes cidades proposto por Simmel (2005) prever uma interatividade social marcada pela tendencial nulidade de sentido, ou seja, a frenética sociabilidade demonstra a emergência do chamado caráter blasé, suscitando nas relações entre indivíduos forte inclinação ao anonimato, além de uma espécie de isolamento socialmente amalgamador dos comportamentos dos atores/agentes.

O caráter blasé, na leitura de Silva e Ferreira (2023), significa uma espécie de nulidade de sentido observada por Georg Simmel, ou seja, o autor clássico entende que no plano da interatividade social os traços de sociabilidade encontram a invisibilidade do agente/ator como pré-requisito procedente deste processo advindo da sociedade moderna capitalista, cuja qualidade nas relações se perde e o universo social angaria contornos meramente quantitativos a exemplo do vislumbrado no dinheiro.

Ressalte-se, oportunamente, que Simmel (2005) revelam na construção de seu modelo analítico, a rigor, a ocorrência do espírito das pequenas cidades capaz de suscitar uma visão não anônima e impessoal individual, sendo pertinente haver, em casos *sui generis*, a criação do denominado sistema monetário local distinto dos contornos envoltos na moeda corrente oficial do país, segundo recuperação de Silva e Ferreira (2023), constituindo um laço de confiabilidade social distante do quadro presente nos grandes centros urbanos.

Simmel (2009), por sua vez, mostra em sua coletânea de ensaios que a ideia da psicologia do dinheiro envolve alguns aspectos sintomáticos, a exemplo da constatação do fato de que esse corresponde a um intermediário das trocas, de sorte que há uma espécie de cálculo estimativo subjetivo imputado a semelhante aspecto.

Assim, Georg Simmel possibilita destacar, a partir da leitura de Marques (2011), que na análise do dinheiro ocorre um afastamento entre o indivíduo e o objeto, cuja separação revela uma autonomização entre esses, demonstrando circunscrever o intermediário das trocas envoltas na sociedade e ampliando, tendencialmente, tal distância entre indivíduo e objeto.

Faz-se necessário esclarecer, na verdade, que o chamado intermediário atribuído a percepção de Simmel procede de um afastamento do agente/ator do fim pelo qual se deseja adquirir, cuja

prerrogativa é proveniente do objeto material expresso no consumo ou investimento, particularmente no escopo social capitalista.

Com efeito, Silva e Ferreira (2023) deixam flagrante que o consumo de bens e / ou a compra de itens de capital constituem em um desejo individual de colocar nas suas cestas de consumo ou investimento tais itens procedentes do circuito das trocas, quer dizer, o movimento descrito prevê uma autonomização do indivíduo, tanto na perspectiva do consumidor como do investidor, mostrando que na dupla face da análise neoclássica da produção e consumo o desenho aqui proposto pode se verificar adequadamente.

Simmel (2009) demonstra, categoricamente, que aspectos com impessoalidade, anonimato, objetividade, bem como o fato da ausência de qualidade caracterizam o dinheiro, sinalizando corresponder a um eixo fixo onde indivíduos e coisas giram em torno desse elemento social, denotando significar um atributo bastante *sui generis* presente na ideia da economia monetária cunhada por Simmel e apontada no estudo de Silva e Ferreira (2023).

Uma constatação ainda presente na Psicologia do Dinheiro, na verdade, sugere haver um olhar de Simmel (2009) no tocante ao contexto dos indivíduos em gastar, onde o valor das coisas se perde e é atribuído ao valor o quantitativismo indicativo do valor dos objetos, havendo uma espécie de descolamento entre o objeto e seu valor monetário, fato esse emblemático a ser discutido complementarmente com Minsky.

Adicionalmente, Simmel (2014) traz algumas questões bastante relevantes, ou seja, o dinheiro na cultura moderna assume um duplo papel de coesão e distanciamento nas relações interpessoais, onde a ampliação na associação tradicional é rompida, simultaneamente, há um estreitamento social pelos interesses, tomando como referência o comportamento do ganho individual (empresas lucro, famílias satisfação (utilidade para os marginalistas neoclássicos), dentre outros).

Silva e Ferreira (2023) destacam de Georg Simmel a emergência da economia monetária, onde essa categoria conceitual revela uma dualidade objetivismo vis-à-vis subjetivismo, cuja percepção é a dualidade da liberdade do indivíduo e sua dependência do dinheiro, de sorte que os atores/agentes são livres para no mercado realizarem suas escolhas para composição de suas cestas de consumo por exemplo, paralelamente, a dependência de fluxos monetários capazes de garantir a relação de troca no interior da sociedade, a rigor, demonstra uma importante observação advinda do autor clássico.

Simmel (2014), via de regra, ainda deixa transparecer que o dinheiro sendo um bem em si mesmo é objetivo a ser alcançado, pois o processo de unificação vis-à-vis separação dos interesses em torno do dinheiro apresenta atores/agentes que procuram meios passíveis de viabilizar a obtenção de itens intercambiáveis, cuja relação do homem com outros homens e homens e os objetos demandam na modernidade a interconexão procedente da economia monetária.

Silva e Moura (2023) exprimem, por sua vez, que a moeda pode ser meio de troca capaz de possibilitar a relação de compra e venda dos bens; unidade de conta consoante à ideia de contabilização de unidades monetárias necessárias para adquirir um objeto, fatores de produção, ativos financeiros, dentre outros; afinal, o aspecto da reserva de valor diz respeito ao grau de valoração que a moeda adquire no sistema econômico, particularmente no âmbito financeiro.

Aponte-se, na verdade, que os autores supracitados permitem o estabelecimento de uma relação conceitual com Georg Simmel, isto é, a recuperação pelos primeiros do modelo teórico de Wicksell sugere haver a conservação ou dispêndio do saldo monetário mediante a magnitude das taxas de juros correntes, sinalizando ser pertinente aos agentes/atores a retenção de moeda com juros mais altos e vice-versa.

Simmel (2009), por oportuno, traz em um dos ensaios constantes nesta coletânea uma questão sintomaticamente relevante correspondente à dicotomia avareza vis-à-vis esbanjamento. Logo, o autor mostra que o indivíduo pode assumir características distintas, ou seja, há a possibilidade do comportamento avarento com tendências à conservação do dinheiro como poder próprio decorrente da posse monetária, contrariamente, o esbanjador encontra satisfação no dispêndio em busca daquilo que oferte realização dos desejos de consumir.

Alguns desdobramentos teóricos são factíveis, em outras palavras, caso se admita o modelo de Wicksell o avarento e / ou o esbanjador antes mencionados podem estar adequadamente vinculados, a exemplo dos juros altos propícios a retenção monetária e a avareza compatível a juros menores consistentes ao desejo persistente no consumo dos bens para garantir prestígio social.

Acrescente-se haver semelhante recuperação teórica de forma factível, quer dizer, Georg Simmel revela aspectos comportamentais compatíveis aos cenários econômicos keynesianos fortemente representativos na escolha dos ativos produtivos em oposição aos financeiros, sendo um elemento que aponta para o conceito de eficiência marginal do capital já mencionado neste estudo.

Saliente-se ocorrer uma possível tendência de convergência do modelo imputado a Georg Simmel diante da literatura econômica particularmente no tocante à ideia de dinheiro, em outros termos, a percepção denota existir traços *sui generis* na tentativa de evidenciar razões teóricas no sentido de observar no pensador clássico alemão nuances compatíveis na aceitação do quantitativismo como premissa central acerca da moeda, suscitando realces não desprezíveis a serem discutidas nestas páginas.

É importante esclarecer, via de regra, que a moeda no capitalismo é o ativo dotado da maior liquidez, dito de outro modo, os diferentes tipos de ativos não são perfeitamente intercambiáveis como tal característica é atribuída ao dinheiro, sendo um elemento crucial na análise das instabilidades do sistema econômico a ser melhor esclarecida na seção seguinte do capítulo a partir da leitura de Minsky.

A HIF DE HYMAN PHILIP MINSKY

A seção agora inaugurada, via de regra, procura suscitar alguns apontamentos conceituais extraídos do pensamento de Minsky, onde o autor preconiza haver o aspecto da instabilidade presente no sistema econômico capitalista não como uma consequência de choques inesperados de demanda ou oferta, todavia, a instabilidade é proveniente de elementos internos à própria estrutura da economia.

Minsky (1986) permite admitir, a rigor, que a dinâmica economicista não é uma procedência natural (aos moldes do entendimento clássico e neoclássico), isto é, o processo de não estabilidade decorre do pensamento humano marcado pelo individualismo e ausência de instituições regulatórias mais consistentes inibidoras de comportamentos capazes de gerar turbulências econômicas, correspondendo a uma crítica à visão neoclássica tradicional.

Esclareça-se, na verdade, que a escola anteriormente enfatizada entende que o sistema econômico é passível do alcance do equilíbrio eficiente, cujos agentes/atores são dotados de racionalidade ilimitada, de sorte que as decisões individuais não são erráticas, pelo menos na média devido ao aspecto da ergodicidade.

Campos e Chiarini (2014) apontam existir o denominado universo neoclássico da ergodicidade, onde se assume que o comportamento do sistema econômico é equivalente, tanto no curto como no longo prazos, de sorte que não há possibilidades de mudanças substanciais decisórias e as eventuais crises do capitalismo são entendidas na condição de fatos exógenos ao sistema, haja vista que os agentes/atores (ergódicos) reconhecem aprioristicamente os resultados previsíveis das variáveis econômicas de forma probabilística.

Antes, porém, Silva et al. (2017) e Silva e Moura (2023) mostram que os agentes/atores precisam decidir acerca das suas escolhas por ativos produtivos ou financeiros a partir da já enfatizada eficiência marginal do capital, quer dizer, as expectativas de retorno sobre investimentos produtivos vis-à-vis aplicações financeiras descrevem a tônica da predominância capitalista ligada à financeirização no contexto da globalização.

Ressalte-se ainda, por seu turno, que o processo de liberalização dos mercados e desterritorialização do capital, segundo Appadurai (1999), denota uma ampliação substancial em busca pelo aumento dos ganhos capitalistas, cuja consequência factível economicamente é a preponderância

da esfera financeira diante da produção em termos relativos, daí ser cabível afirmar haver expectativas de lucros produtivos inferiores aos retornos financeiros.

A explicitação precedente salienta, na verdade, que o processo da globalização prevê uma espécie de desnacionalização do capital, onde a esfera financeira por garantir retornos mais elevados e com acentuado menor tempo de maturação dos investimentos, necessariamente, realça ser a consequência emblemática do movimento econômico aprofundado desde meados da década de 1970, permitindo haver deslocamentos das inversões privadas com notável celeridade a fim do alcance de rendimentos maiores em outros países que ofertem juros mais convidativos.

Após o antes exposto, faz-se premente tecer alguns esclarecimentos mais precisos acerca da HIF proposta na reflexão de Minsky (1986), a qual encontra desdobramentos analíticos proveniente dos aspectos até então discutidos, cujos traços repousam na consideração dos agentes/atores decidirem demandar ativos financeiros em detrimento dos produtivos, constituindo a base inicial da denominada Hipótese da Instabilidade Financeira.

O autor supracitado, o qual discutido por Lourenço (2006) e Carvalho et al. (2024) na perspectiva de suas possibilidades interpretativas, a rigor, ressalta haver uma dicotomia temporal, de um lado a fase próspera, de outro lado um momento de crise (instabilidade), cuja dupla faceta sinaliza ocorrer etapas cíclicas da economia capitalista e capazes de assinalar um cenário bastante diverso, demandando medidas governamentais ativas em oposição ao chamado Estado mínimo apontado por Cano (2017).

Admita-se que, a denominada fase próspera diz respeito ao momento consistente com expectativas favoráveis manifestas pelos agentes/atores, cuja sistemática remonta uma busca mais substancial por ativos dotados da característica do ganho de maturação célere, de modo que os ativos financeiros são tais prerrogativas, acarretando consequências no sentido dos indivíduos aumentarem seu estoque de riqueza (portfólio), proporcionalmente, na forma de títulos financeiros.

Assim, a elevação relativa dos títulos financeiros viabiliza uma frenética procura por compras e vendas dos títulos mencionados no universo da financeirização, cujo comportamento enfatizado na análise de Keynes (1985) pode ser descrita como ursos e tigres. Esse autor que traz contribuições substanciais a Minsky, via de regra, mostra haver indivíduos que na fase próspera vendem seus títulos e ampliam os ganhos, revertendo o movimento nos instantes de queda comprando tais ativos.

Ressalte-se, todavia, que os movimentos de subida e descida dos preços dos títulos financeiros traçam um comportamento extremamente célere, cujas mudanças são contínuas e as informações reverberam mundialmente, especialmente em virtude dos meios de comunicação atingirem em frações de segundo os limites desterritorializados do globo, conforme contribuições de Appadurai (1999) e Zackiewicz (2015).

Entretanto, a fase denominada de crise decorre, não simplesmente pelos traços de elevação e queda do preço dos ativos financeiros, ao contrário, a instabilidade econômica se caracteriza pela forte fuga dos capitais financeiros das regiões (territórios) entendidos como periféricos, de sorte que as turbulências expandem severamente a precificação dos títulos mundo a fora, causando incertezas, redução profunda na oferta de liquidez globalmente, reverberações dramáticas na própria esfera produtiva, com base na recuperação de Silva (2022).

Minsky (1986), portanto, demonstra que na fase turbulenta a preocupação em vender títulos sistemicamente não é imputada apenas a alguns mercados particulares, isto é, a dinâmica do momento de crise impacta o sistema financeiro em geral, cujos estoques de riqueza materializados nos títulos perdem capacidade de sustentar o padrão de consumo/investimento dos agentes/atores privados, sendo premente a intervenção governamental para tentar reverter este cenário desolador.

Keynes (1985) lança premissas que Minsky toma nesta análise, dentre tantas, considera-se aqui o fato do não controle dos capitais em torno dos países, quer dizer, a percepção keynesiana procede da necessidade dos Estados nacionais criarem políticas econômicas inibidoras desta tão frenética mobilidade dos capitais, sendo uma medida redutora indispensável a semelhante finalidade (uma espécie de endurecimento institucional).

O antes exposto é emblemático, quer dizer, a leitura extraída de Minsky (1986) permite observar que a instabilidade financeira sumariamente enfatizada denota haver uma problematização flagrante no sentido da ideia da ergodicidade, em outras palavras, os agentes/atores não conseguem por vezes minimizar seus erros nas escolhas dos ativos financeiros, impactando pronunciadamente na economia integralmente.

De forma mais específica, o não acerto apriorístico reverbera não apenas na diminuição de valor monetário dos títulos, todavia, a perda social e econômica diz respeito a redução tendencial do consumo e investimentos devido ao aumento das taxas de juros, repercutindo na dinamicidade econômica como consequência da redução na demanda agregada, correspondendo a desdobramentos não desprezíveis do ponto de vista da teoria keynesiana fortemente influenciadora de Minsky.

Finalmente, os aspectos mencionados nesta seção denotam haver prerrogativas bastante emblemáticas no sentido da financeirização protagonizar nuances preocupantes ciclicamente, cujos realces trazem a esta discussão evidências conceituais complementares do aqui apontado com Georg Simmel, onde a complementariedade deve ser adequadamente explorada a seguir no estudo.

COMPLEMENTARIEDADE DOS MODELOS DE SIMMEL E MINSKY

A seção em curso procura admitir traços dos modelos de Georg Simmel e Hyman Philip Minsky, cujos autores diante de seus elementos de análise possibilitam, a rigor, o resgate do conceito de dinheiro e consequências relevantes a que este aspecto social e econômico viabiliza perceber na sociedade capitalista moderna, lançando as bases do esboço de um modelo explicativo circunscrito na complementariedade dos aportes analíticos.

Inicialmente, parte-se do cenário social das grandes cidades, isto é, a lógica da vida nervosa proposta por Simmel encontra perda de sentido cultural na perspectiva dos atributos impessoalidade, anonimato, objetividade, dentre outros, de sorte que o ambiente descrito amalgama laços propícios ao desenvolvimento e expansão da financeirização sistêmica.

Minsky (1986) traz como premissa o pensamento humano, cuja prerrogativa sustentada preconiza haver a busca pelo ganho com características mais céleres e cada vez mais elevadas, sendo pertinente a inclusão nesta suposição a ideia utilitarista envolta na maximização dos benefícios e minimização dos sacrifícios, garantindo realces adicionais a construção considerada neste estudo.

Myrdal (1997) faz esta incursão de revisitação pela literatura, ou seja, os notáveis pensadores do utilitarismo e as evidências marginalistas presentes no pensamento neoclássico denotam coexistir o hedonismo como princípio orientador dos agentes/atores individualmente, cuja recuperação deste atributo conceitual se dá em virtude do comportamento de sempre desejar mais prazer e menos sacrifício.

Assim, assumir tal prerrogativa permite apontar que o contexto da financeirização prevê ganhos maiores e com menor esforço, quer dizer, a ideia de eficiência marginal do capital já discutida no capítulo ilustra semelhante movimento, pois o prêmio de liquidez advindo das taxas de juros mais altas geram escolhas de ativos financeiros em detrimento dos produtivos, cuja repercussão faz modificar a composição dos estoques de riqueza individuais e alterações sociais por definição.

Portanto, a ideia de perda de sentido e mero quantitativismo do dinheiro proveniente de Simmel encontram ressonância na lógica de Minsky, pois a procura por ganhos maiores e com menor esforço sinaliza a opção por não investir produtivamente, mostrando um frenético comportamento social envolto nos sobressaltos instáveis financeiros em escala mundial pela globalização.

Aponte-se, oportunamente, que o menor esforço para obtenção dos ganhos capitalistas e a ideia de ergodicidade, necessariamente, mostram haver inclinação comportamental dos agentes/atores em maximizar benefícios e minimizar custos, de sorte que a financeirização em escala global propicia tais aspectos devido ao número de possibilidades de ganho através dos ativos não produtivos.

Com quanto, o utilitarismo sintetizado por Myrdal (1997) procura identificar lucros mais rápidos e maiores comparativamente à esfera produtiva, cujo economicismo global asseverado no estudo de Appadurai (1999) permite desterritorializar o capital, cujo movimento busca rentabilidades mais elevadas provenientes das taxas de juros praticadas pelos diversos países do mundo, observando assimetrias nas escolhas por aplicar seus capitais nas nações centrais ou periféricas, partindo da terminologia da CEPAL apresentada no trabalho de Silva (2022).

A discussão anterior exprime, categoricamente, a perspectiva de Minsky (1986) envolta na fase próspera, onde o ciclo favorável faz com que o capital busque áreas mais alternativas (periféricas) marcadas pela oferta de juros altos, viabilizando aumento na demanda por ativos financeiros com frequência significativa, ampliando o volume da financeirização e reduzindo o escopo produtivo em termos relativos.

A complementariedade da prerrogativa precedente imputada a Minsky (1986) encontra compatibilidade explicativa com Simmel (2009), pois o aprofundamento das relações econômicas financeiras permite o alargamento da autonomização do indivíduo e o objeto, em outras palavras, os meios intermediários atribuídos ao dinheiro distanciam os agentes/atores dos bens físicos passíveis de consumo e / ou investimentos individualmente.

Um desdobramento importante é emblemático, quer dizer, as empresas que desenvolvem atividades produtivas no momento de prosperidade procuram expandir o estoque de riquezas com maior volume de ativos financeiros, cujo mecanismo para tal é particionar o capital empresarial e alargar a denominada modalidade das Sociedades Anônimas (SA), perpetrando no meio social as características de impessoalidade e anonimato advindas de Simmel, reforçando a provável convergência dos autores aqui examinados.

A ergodicidade destacada por Campos e Chiarini (2014), via de regra, suscita um traço relevante nesta análise no sentido dos agentes/atores procurarem ampliar a parcela de ativos financeiros na composição do estoque de riquezas individuais em virtude dos ganhos mais rápidos e maiores, demonstrando que aprioristicamente há chances de aumento nos benefícios em detrimento dos sacrifícios, acentuando ocorrer na fase próspera o cenário de expansão dos intermediários entre o indivíduo e o objeto, alargando a chamada autonomização.

Contrariamente, o ciclo de crise encontra nuances passíveis de observação, isto é, a instabilidade financeira gera como consequência a venda sistemática dos ativos não produtivos e queda vertiginosa nos preços dos mesmos, circunscrevendo perda de valor dos títulos com desvalorização do estoque de riqueza individual, impactando no comportamento dos agentes/atores na perspectiva do consumo e / ou investimentos.

O apontamento anterior proveniente da análise de Minsky (1986) permite uma conclusão interessante, ou seja, a redução no valor dos ativos financeiros em termos agregados proporciona diminuição nos níveis macroeconômicos relativos a realização de repercussões favoráveis na demanda agregada, cujo cenário provoca desaceleração no ritmo de crescimento do produto das nações, demonstrando efeitos implausíveis como arrefecimento no volume de renda/produção, emprego, consumo, etc.

Assim, a descrição precedente traduz a chamada perda de sentido cultural nos termos de Georg Simmel, em outras palavras, a redução no valor dos ativos financeiros acarreta notável diminuição do poder de conversão de dinheiro em bens físicos, sendo adequado admitir que na instabilidade financeira a razão pela qual se amplia ativos não produtivos no portfólio individual traz ao centro deste debate um contexto de flagrante quantitativismo desprovido da qualidade a que o dinheiro geralmente explicita nos termos simmelianos.

Resta ainda destacar, por sua vez, o binômio avareza esbanjamento na condição do comportamento dos agentes/atores, mostrando que o raciocínio avarento é compatível com indivíduos mais propensos a acumulação de dinheiro, busca pela ampliação do estoque de riquezas, escolha tendencial por garantir mais ativos financeiros e menos dedicados aos gastos mais voltados ao consumo.

O esbanjamento explicita, provavelmente, um tipo de comportamento de agentes/atores que não se preocupam com a acumulação de dinheiro e sim com a posse de bens físicos, demonstrando um padrão de consumidor marcado pela aversão ao risco e propensão para escolha de cestas de bens capazes de trazer maior utilidade individual, impactando na não geração de poupança aos agentes/atores.

Entretanto, a relação entre Minsky e Simmel neste ponto ocorre quando a avareza se vincula com o sacrifício monetário no sentido de não gerar inversões produtivas, ao passo que o esbanjamento acarreta comportamentos mais agressivos na perspectiva da realização de investimentos capazes de ampliar a capacidade instalada das empresas, mostrando um cenário bastante interessante e passível de compatibilização dos autores nesta aproximação conceitual derradeira.

Afinal, o comportamento entendido como esbanjador traz uma observação de diminuição da autonomização entre indivíduo e objeto, quer dizer, o empresário investidor ao gastar produtivamente aproxima seu emprego de capital na geração de bens a serem comercializados no circuito das trocas. Contrariamente, o avarento que aplica no mercado financeiro adquire ativos de firmas espalhadas pelo mundo a fora e que atuam nos mais diferentes tipos de atividades mercantis, mostrando cabalmente a aproximação a que esta proposição admite.

Portanto, a complementariedade entre Simmel e Minsky se dá, provavelmente, na aceitação do dinheiro enquanto ativo meramente quantitativo e que flutua economicamente devido à instabilidade financeira, onde o sentido da posse monetária na forma de ativos financeiros encontra reducionismo no fato do dinheiro enquanto tal distanciar indivíduo e objeto, seja pela escolha de maiores contingentes dos ativos e ampliação dos intermediários, seja pela queda quantitativa impeditiva da conversibilidade em bens físicos, denotando ser adequado reunir autores tão dissipares e ao mesmo tempo passíveis de complementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez tendo realizada esta pesquisa, a qual trouxe como objetivo a tentativa de analisar a possibilidade de complementaridade entre os traços do dinheiro em Simmel no tocante à perda de sentido cultural na modernidade capitalista e as instabilidades financeiras cíclicas de Minsky, procurando estabelecer uma síntese explicativa ainda que sumária, sendo uma prerrogativa sintomaticamente relevante e digna da explicitação de alguns comentários conclusivos.

Assim, a recuperação dos autores centrais ao estudo permitiu observar elementos conceituais acerca do dinheiro, cujas repercussões econômicas e sociais apontaram vinculações não desprezíveis e capazes da identificação de uma relação entre sentido cultural e a financeirização capitalista em escala global, mostrando que a economia monetária ganhou traços de autonomia na perspectiva da separação do indivíduo e os objetos materiais sujeitos a sua posse pelo dinheiro.

A perspectiva analítica de Hyman Philip Minsky revelou nuances interessantes, quer dizer, o autor demonstrou haver razões nas fases prósperas vis-à-vis instáveis para compra e venda dos títulos financeiros, sendo bastante razoável admitir que o aumento dos intermediários entre agente/ator e a possibilidade de adquirir o objeto tendeu a uma ampliação decorrente dos contornos econômicos favoráveis consistentes com a elevação do valor monetário do estoque de riqueza individual, sendo fortemente associável semelhante contexto ao quadro teórico do espírito das grandes cidade sustentado no pensamento de Georg Simmel.

Outro ponto de destaque foi procedente da relação da sociabilidade moderna em Georg Simmel e o sistema financeiro global instável imputado a Minsky, de sorte que os movimentos frenéticos individuais, a impessoalidade e notável anonimato, bem como a desqualificação presente na moeda, necessariamente, trouxeram flancos de convergência teórica entre os autores no terreno do dinheiro,

sendo esse o mais importante cenário analítico proveniente deste capítulo, viabilizando a aceitação da hipótese do estudo no bojo da complementariedade aqui admitida.

Em suma, os esforços investigativos circunscritos neste trabalho não esgotaram as possibilidades de reflexão acerca dos autores identificados na pesquisa. Logo, questões como a instabilidade financeira e o impacto no âmbito do espírito das pequenas cidades, a moeda corrente oficial e os sobressaltos inflacionários que suscitam reverberações comportamentais de migração populacional das pequenas cidades aos grandes centros urbanos podem ser alguns dos aspectos não explorados e que são passíveis de futuras incursões reflexivas nesta agenda de pesquisa ofertante do capítulo agora finalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 311-327.
- CAMPOS, M. M. S.; CHIARINI, T. Incerteza e não ergodicidade: crítica aos neoclássicos. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 2 (135), p. 294-316, 2014.
- CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. *Revista Economia e Sociedade*, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, 2017.
- CARVALHO, A. C.; et al. Hyman Minsky, Bancos Comerciais e a Governança Global: Entendendo a Regulação Prudencial no Contexto da Fragilidade Financeira. *Revista De Economia Mackenzie*, v. 21, n. 1, p. 244–278, 2024.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral, do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LOURENÇO, A. L. C. DE. O pensamento de Hyman P. Minsky: alterações de percurso e atualidade. *Revista Economia e Sociedade*, v. 15, n. 3 (28), p. 445-474, 2006.
- MARQUES, F. M. B. F. A tragédia da liberdade na filosofia do dinheiro de Georg Simmel, 2011. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Filosofia, Universidade de Lisboa/Portugal, 2011.
- MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MYRDAL, G. Aspectos políticos da teoria econômica. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.
- SILVA, W. G.; et al. Crise financeira internacional e as finanças públicas municipais nordestinas: uma análise comparada. *Revista Espacios*, v. 38, n. 51, p. 21-37, 2017.
- SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. DA S. Economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro em Marx: uma análise de convergência entre modelos explicativos. *Revista Reflexões Econômicas*, v. 7, n. 1, 2023.
- SILVA, W. G. Economias periféricas e a importância do funcionalismo público: uma discussão para o caso brasileiro. *Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho*, v. 11, n. 1, 2022.

SILVA, W. G.; MOURA, J. M. DE. Política econômica no Brasil e finanças públicas estaduais: uma análise comparativa entre Rio Grande do Norte e Paraíba. *Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho*, v. 12, n. 1, p. 06-21, 2023.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

SIMMEL, G. Para a psicologia do dinheiro (1889). In: BUENO, A. George Simmel: o conflito da cultura moderna e outros escritos. São Paulo, SENAC, 2013. P .11-29.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (orgs.). Simmel e a modernidade. Brasília, Editora UnB, 2014. p. 23-41.

SIMMEL, G. Sociologia do dinheiro e outros ensaios. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

ZACKIEWICZ, M. A economia do software e a digitalização da economia. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 14, n. 2, p. 313-336, 2015.



ISBN 978-655376506-1



9

786553

765061